

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Adailton Ferreira dos Santos

ESCOLA TROPICALISTA BAIANA: REGISTRO  
DE UMA NOVA CIÊNCIA NA GAZETA MÉDICA  
DA BAHIA (1866-1889)

MESTRADO EM HISTÓRIA DA CIÊNCIA

SÃO PAULO  
2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Adailton Ferreira dos Santos

ESCOLA TROPICALISTA BAIANA: REGISTRO DE UMA NOVA  
CIÊNCIA NA GAZETA MÉDICA DA BAHIA (1866-1889)

MESTRADO EM HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História da Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Profa. Doutora Márcia Helena Mendes Ferraz

SÃO PAULO  
2008

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

Autorização, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Assinatura: \_\_\_\_\_ Local e data: \_\_\_\_\_



Como um navegante, que nota minuciosamente os baixos desconhecidos, as correntezas periódicas, os parais occultos, em proveito de outros, que apoz se arriscarem pelas mesmas paragens, - assim aquelles, que exercem e cultivam (história da ciência) a medicina, estão adstrictos a tornar conhecidos os resultados das suas investigações scientificas, da applicação dos princípios á prática de todos os dias, o modo porque [...] a historiografia [...] os climas, as estações, e mil outras circunstâncias influem na origem, na forma, na marcha, na [...] história minuciosa da observação dos fatos particulares que, ou venham confirmar as regras estabelecidas, ou imprimam nova direção ás idéias, e sirvam de guia aos que buscam a verdade.

***Gazeta Médica da Bahia***, 10 julho de 1866, número 1, p. 2.

## AGRADECIMENTO

A Maria São Pedro Ferreira dos Santos, minha querida mãe, que na sua sabedoria, advinda do amor filial, soube a mim incentivar, bem como caminhar comigo desde a minha adolescência, quando numa situação difícil quanto a decisão profissional disse-me: *Filho faça da sua vida àquilo que lhe fará feliz.* A ti “*mainha*” dedico este trabalho e agradeço-lhe pela generosidade frente à escolha desse caminho profissional.

**A Professora Dra. Ana Maria Alfoso-Goldfarb, que de maneira crítica e competente sinalizou esse caminho.**



**A Profa. Dra. Maria Helena Mendes Ferraz que no papel de orientadora, acrescido do seu profissionalismo, incentivo e atitudes humanas fez virem à luz as trilhas desse caminho que percorremos juntos.**

## **AGRADECIMENTO**

**A todos os Professores do Programa de História da Ciência, que na perspectiva do conhecimento, cada uma a seu modo, mas não de forma heterogênea, e sim, em interface como os diversos saberes, contribuiu para desmitificar, nesse momento, as faces da história da ciência.**

**A Banca de Qualificação formada pelos Professores Paulo de Carvalho e Ana Maria Alfonso-Goldfarb, pelas suas observações e críticas que se constituíram em valiosas provocações para prosseguir no caminho.**

**Ao CNPq, pelo fomento concedido para esta pesquisa.**

**Ao Departamento de Educação *Campus I* e à Universidade do Estado da Bahia pela confiança e apoio.**

**A meu pai Augusto dos Santos (*i.m.*) pela minha vida e a minha querida irmã Adailce pelo cuidado, apoio e incentivo na vida acadêmica. Bem como a meu irmão Adailson e sobrinhos Álisson, Átila e Pedro Paulo que fazem perguntas e dizem “coisas”, “estão sendo educados, entre outros saberes em ciência”.**

**Aos colegas do mestrado que se tornaram muito especiais, durante este curso Enézio, Jaeder, Elton, Márcia e todos os outros.**

**Aos amigos professores César Vitorino em Salvador, pelo incentivo e apoio de sempre e Fábio Oliveira em São Paulo, pela amizade.**

**A Deus, pela certeza da sua proteção e cuidado eterno.**

Adailton Ferreira dos Santos

**ESCOLA TROPICALISTA BAIANA: REGISTROS DE UMA NOVA CIÊNCIA NA  
GAZETA MÉDICA DA BAHIA (1866 – 1889)**

**RESUMO**

O presente estudo refere-se à chamada “Escola Tropicalista Baiana”, criada por um grupo de médicos facultativos e opositores da medicina oficial na segunda metade do século XIX na Província da Bahia. Nele apontamos para a complexa conjuntura de epidemias e guerras e de mudanças políticas-econômicas e científicas promovidas pelo governo imperial, assim como para as disputas de poder entre a recém-criada Faculdade de Medicina da Bahia e a Santa Casa da Misericórdia, onde se desenvolvem as ciências no período do Império. Nesse contexto conflituoso, a “Escola Tropicalista Baiana” desponta como uma comunidade científica, que traz idéias inovadoras para a época, voltadas para a realidade local, com novos métodos de pesquisas e ensino que ajudam a identificar doenças desconhecidas e encontrar novos meios de curas das enfermidades que acometem os homens livres e os escravos. Esses novos conhecimentos científicos, que são divulgados e publicados no periódico dessa comunidade científica, a *Gazeta Médica da Bahia*, apontam para um novo rumo na medicina brasileira, que alcança reconhecimento dentro e fora do país. Além disso, contribuem para a reformulação do modelo de ciência, até então aceito no Brasil, questionando os conhecimentos europeus sobre os problemas de saúde no país e, também o ensino médico oficial representado pelas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: História da Ciência; Medicina no Século XIX; Escola Tropicalista Baiana.

Adailton Ferreira dos Santos

**ESCOLA TROPICALISTA BAIANA: REGISTROS DE UMA NOVA CIÊNCIA NA  
GAZETA MÉDICA DA BAHIA (1866 – 1889)**

**ABSTRACT**

This work concerns to the so called “Escola Tropicalista Baiana” founded in the second half of the 19th century in the province of Bahia by a group of physicians and established medicine rivals at that time. We pointed out the complex epidemics and wars events and political-economical and scientific changes advanced by the Imperial government, as well as power debates between the new founded “Faculdade de Medicina da Bahia” and “Santa Casa da Misericórdia”, where sciences are developed in the Brazilian Imperial period. In this conflicting context, “Escola Tropicalista Baiana” arises as a scientific community bringing forth novel ideas which are related to local concerns at that time by new research and teaching methods which help to identify unknown diseases and to find new ways of healing illness that distress free men and slaves. These new scientific findings which are published and divulged by this scientific community journal, *Gazeta Médica da Bahia*, put Brazilian medicine into a new direction giving it an abroad acknowledgment. Besides they help reformulating scientific model as it has accepted since then in Brazil calling into question European knowledge on health problems in Brazil, and also the official medicine teaching represented by the Faculdades de Medicina da Bahia and Rio de Janeiro and by the Academia science Medicina Imperial.

Keywords: History and Science; Medicine the 19th century; School Tropicalista Baiana.

## ÍNDICE

<b>Resumo .....</b>	<b>12</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>13</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>15</b>
<b>As vias de contexto da história da medicina brasileira no século XIX .....</b>	<b>20</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>Bahia, a antiga capital do império, anuncia o contexto controverso das ciências médicas .....</b>	<b>26</b>
<b>1.1- Um passo para as mudanças: as ciências médicas nas Cartas Régias.....</b>	<b>27</b>
<b>1.2 - Profissionais facultativos das ciências médica no segundo Império: um contingente indispensável .....</b>	<b>42</b>
<b>1.3 - Faculdade de Medicina da Bahia: uma academia de debates político e científico .....</b>	<b>46</b>
<b>Capítulo II</b>	
<b>Escola Tropicalista, uma escola nova na medicina .....</b>	<b>61</b>
<b>2.1 - As trilhas da ciência: o que diz a Gazeta Médica da Bahia .....</b>	<b>62</b>
<b>2.2 - Novos rumos da Ciência Médica na segunda metade do século XIX .....</b>	<b>71</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>85</b>
<b>Bibliografia Básica .....</b>	<b>89</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>96</b>

# INTRODUÇÃO

Este estudo surgiu a partir de algumas inquietações e questionamentos, ao longo de alguns anos, despertadas pelas aulas de filosofia que ministramos, primeiramente, no ensino médio, onde por vezes discutimos a falta de fundamentação histórica sobre a ciência no ensino de ciência e, posteriormente, no exercício do ensino superior nas Universidades Estaduais da Bahia, onde realizamos estudos relacionados à pesquisa em história e filosofia da ciência. Tais inquietações foram, em parte, reforçadas em decorrência das visões dos alunos das licenciaturas de pedagogia e química e dos graduandos de enfermagem e administração sobre a natureza da ciência. Outro fator que nos inquietou e conduziu-nos a outros questionamentos, igualmente importantes, foi o discurso de professores quanto à natureza do saber das ciências química e física. Esses profissionais, que se dedicam seriamente a seu trabalho e estão constantemente preocupados com a aprendizagem científica, pareciam desconhecer, ou não ter tido ainda, a oportunidade de se dedicarem ao campo da história da ciência.

A História da Ciência trouxe-nos contribuições significativas para nossa formação e esclareceu as nossas primeiras inquietações, possibilitando, desse modo, uma nova visão das ciências, além de ter apontado para outras questões e, conseqüentemente, para estudos posteriores.

Dedicamo-nos, assim, a essa área do conhecimento, a história da ciência, com propósito de estudar e compreender suas problemáticas na perspectiva da historiografia. Para tanto, focamos a nossa investigação na chamada “Escola Tropicalista Baiana”.

Este estudo desenvolve-se a partir de uma abordagem historiográfica da História da Ciência no Brasil, cuja proposta está voltada para a compreensão e

análise de documentos da época e, particularmente, no nosso caso, o periódico a *Gazeta Médica da Bahia*, que registra as reflexões e as propostas para o ensino das ciências naturais e política de saúde pública.

A *Gazeta Médica* é publicada por essa “associação de médicos independentes”, opositores do ensino oficial de medicina no império representado pelas faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro e da Academia Real de Medicina na segunda metade do século XIX, na Província baiana, entre o período de 1866 a 1889, época de maior divulgação das idéias e dos trabalhos originais, no país e no exterior. Desse modo, este trabalho exige um aprofundamento das questões historiográficas que envolvem a temática. Assim, o tema logo nos avisa, estão imbricadas aqui questões de ordem política, econômica e social que, possivelmente, contribuem para o desenvolvimento e mudanças do rumo das ciências médicas na Faculdade de Medicina da Bahia.<sup>1</sup>

Na segunda metade do século XIX, a antiga capital do império, Salvador, encontra-se em um contexto social difícil, marcado por crises em todos os setores da sociedade.<sup>2</sup> De um lado, encontramos a seguinte situação: o Capitão General da Província (o Conde dos Arcos), a Câmara dos Deputados, formada em boa parte por médicos e representantes dos donos de engenhos, a Santa Casa da Misericórdia, onde se desenvolve o ensino das ciências médicas e a Faculdade de Medicina, que reclama para si o direito ao ensino e incorporação de setores da Santa Casa, como a botica.<sup>3</sup> De outro lado desse cenário, a situação da saúde da população é de calamidade, alastrando epidemias e doenças desconhecidas. Assim, além dos trabalhos de saúde pública, desenvolvidos pelas duas instituições existentes, citadas

---

<sup>1</sup> Criação da Faculdade de Medicina da Bahia, *in* Brasil, *Collecção das Leis do Brasil-Império*, 1832, p. 85.

<sup>2</sup> Ver Luís Henrique Dias Tavares, *História da Bahia*. Os estudos do autor discutem o contexto historiográfico e destaca as rebeliões e as crises políticas da província baiana.

<sup>3</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, 13, 1867, pp. 230-232.



anteriormente, contamos com alguns médicos independentes que trabalham, nos engenhos e na capital da província, no combate às doenças que atingem a população e os escravos.

Entre estes médicos independentes, alguns se destacam devido às idéias inovadoras no campo das ciências naturais, que, em seguida, formarão uma nova comunidade de estudos científicos na Bahia.

Nesse contexto, a “economia da província, eminentemente agrícola é mantida pela mão de obra escrava”<sup>4</sup> e encontra-se mediada por conflitos e “interesses econômicos gerados pela posse das grandes extensões de terras, entre a igreja, os brasileiros, o imperador, a corte e os comerciantes portugueses”.<sup>5</sup> Também, em 1824, o Imperador outorga a Constituição Brasileira<sup>6</sup>. A nova Lei, por seu modo, devido a algumas determinações, contribui para agravar a crise.

D. Pedro I retorna a Portugal em 1827 e, conforme a Constituição, o país passa a ser governado por uma junta regente formada por políticos brasileiros representantes dos senhores de terras.<sup>7</sup>

O governo imperial exercido pelas Regências, entre 1831 a 1840, enfrenta grandes crises sociais e políticas devido ao surgimento de vários movimentos contra essa administração. Em 1835, de caráter reivindicatório contra a escravidão e a imposição da religião católica, estoura a revolta dos Malês. A cidade de Salvador tem mais da metade de sua população composta por escravos e ex-escravos, das mais variadas culturas e procedências africanas, dentre as quais a islâmica, como os

---

<sup>4</sup> João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, p. 54.

<sup>5</sup> *Ibid.*; vide também Luís Henrique Dias Tavares, *op. cit.*, p. 40.

<sup>6</sup> A constituição é outorgada pelo imperador e o país torna-se uma monarquia constitucional hereditária, governado por quatro poderes: Moderador, Executivo, Legislativo e Judiciário. Os senadores têm cargos vitalícios. Os votos são censitário, baseados na renda dos eleitores. Para votar é preciso ter renda anual de, pelo menos, mil-réis e, para ser candidato a deputado, a renda mínima anual deve ser de 400 mil-réis, para senador, de 800 mil-réis. A “religião católica” torna-se oficial e submetida ao Estado. Ver Brasil, *Collecção de Leis do Brasil Império*, 1824, p. 89.

<sup>7</sup> Nelson Werneck Sodré, *História do Brasil*, pp. 221-228.

haussás e os nagôs. Esses sabem ler e são protagonistas da rebelião que luta a favor da causa.<sup>8</sup>

Segue-se a esta, a revolta da Sabinada, que critica a transferência de rendas para o sudeste e a supremacia local dos senhores de engenho e plantadores de tabaco. O movimento é liderado pelo médico Francisco Sabino da Rocha Vieira<sup>9</sup>, que defende a autonomia provincial num regime republicano provisório e propõe a proclamação “provisória” de um regime republicano até a maioria do imperador<sup>10</sup>.

Nessas circunstâncias, segundo o historiador Nelson Werneck Sodré, o governo imperial tenta conter as revoltas e unificar o país com o golpe da Maioridade, que conduz D. Pedro II a Imperador. Entretanto, os conflitos e as revoltas prosseguem por muito tempo<sup>11</sup>.

Assim, compreendemos que os movimentos políticos e sociais encontram-se imbricados à vida acadêmica na Faculdade da Bahia e, por seu modo, integram o desenvolvimento das ciências na província baiana desde a criação da Escola de Cirurgia da Bahia<sup>12</sup>, em seguida, transformada em Colégio Médico Cirúrgico da Bahia<sup>13</sup>, mediante clamores da sociedade, corporações políticas e reivindicações dos senhores de engenho e, por último, em Faculdade de Medicina da Bahia<sup>14</sup>.

---

<sup>8</sup> *Ibid.*

<sup>9</sup> A Sabinada ocorre entre os anos de 1837 a 1838. Os estudos em documentos mostram que não é incomum, à época, a participação de médicos baianos na vida pública da província, bem como em militância partidário-ideológica no país; vide: *Gazeta Médica da Bahia*, 12, 1886, p. 133 e Luís Henrique Dias Tavares, *op. cit.*, p. 48. O Currículo do Curso Médico possibilita diálogos com várias áreas do conhecimento e, por outro lado, também contribui para debates provocados pelas novas idéias que chegam do velho mundo.

<sup>10</sup> *Ibid.* e Afrânio Peixoto, *Breviário da Bahia*, pp. 184-186.

<sup>11</sup> Nelson Werneck Sodré, *História do Brasil*, pp. 241-247.

<sup>12</sup> Conforme “Cartas Régias”, a Escola de Cirurgia é criada em 18 de fevereiro de 1808 e é transformada em Colégio Médico Cirúrgico em 17 de março de 1816. Em 03 de outubro de 1932, ela é chamada Faculdade de Medicina, vide: Brasil, *Collecção das Leis do Brasil Imperial*, 1808, p. 2.

<sup>13</sup> *Ibid.*

<sup>14</sup> A reforma educacional de 1832 transformou o Colégio em Faculdade de Medicina da Bahia; *Ibid.* 1832, p. 17.

## As vias de contexto da história da medicina brasileira no século XIX

O Brasil adentra o século XIX, configurando mudanças políticas e econômicas, que demarcam também um novo percurso do conhecimento científico. É nesse contexto que surge a chamada “Escola Tropicalista Baiana”, com novas idéias e concepções de ensino e pesquisa para as ciências médicas, destacando-se o período de 1860 a 1889. Para compreender tais mudanças, convém abordar algumas das medidas e situações que configuram esse período da nossa história.

Com a mudança da Família Real e da Corte Portuguesa e a conseqüente transferência da sede de governo em 1808 para o Brasil, são criadas algumas condições para a situação das ciências naturais no país. De fato, como pondera Fernando de Azevedo, antes da chegada da Corte ao Brasil, há um:

regime opressivo da liberdade de pensamento e de crítica, e da desesperadora tenacidade com que a Metrópole sufocava tôda<sup>15</sup> as manifestações de cultura viva no país e todos meios de sua propagação, ter-se-á o quadro sombrio dos obstáculos quase invencíveis que se levantam no Brasil à penetração do espírito crítico e científico e a difusão dos estudos das ciências de observação<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Esclarecemos aos nossos leitores que, para preservarmos a originalidade dos documentos em todo o nosso trabalho, ao transcrever partes ou integridade dos documentos, mantivemos a forma original da escrita, ortografia, concordância verbal e nominal e idéias, conforme os originais, ou seja, fontes primárias e/ou secundárias.

<sup>16</sup> Essa política de segregação adotada por Portugal, que "sempre procurou impedir o contato dos estrangeiros com as gentes do Brasil", nunca se exprimiu com tanta estreiteza como no aviso expedido a 2 de junho de 1800 pelo governo da Metrópole ao seu delegado do Pará, apenas oito anos antes da chegada do Príncipe Real ao Brasil, no qual proibia a entrada dos estudiosos A. Humboldt em terras brasileiras. Ações como essas teriam impedido não só a penetração de idéias, que eram correntes na Europa, no Brasil, mas também que estrangeiros vivessem em terras brasileiras. Também não havia tipografias no Brasil, dificultando, dessa forma, a divulgação de idéias novas e diferentes daquelas que interessavam ao governo português. Vide Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, p. 372.

O cenário modifica-se, entretanto, em 1808. Em 28 de fevereiro deste mesmo ano, o príncipe-regente D. João VI suspende as barreiras legais, que impedem o desenvolvimento do território, ao abrir os portos à navegação e incentivar o comércio com as nações estrangeiras. A antiga colônia, em 1815, elevada a condição de capital do Reino Unido de Portugal-Brasil-Algarves, necessitava então criar uma infra-estrutura capaz de permitir a continuidade do governo na nova terra.

Conforme Memória da Faculdade de Medicina da Bahia, o Brasil chega ao século XIX com pouquíssimos médicos, um número ínfimo de hospitais e uma ou outra iniciativa de pesquisa. Só para termos uma idéia da situação, cabe notar que ainda nessa época, é freqüente recorrer aos barbeiros para se fazer sangria, tanto na medicina, como na cirurgia <sup>17</sup>.

Deste modo, o governo adota e faz publicar novos decretos referentes à “difusão e implantação” da ciência <sup>18</sup>, com a criação de algumas instituições nos mesmos moldes das que existiam em Portugal. Estas são medidas, que visam atender prioritariamente à Corte estabelecida no Brasil, primeiramente na Bahia e, em seguida, no Rio de Janeiro, cidade destinada à sede do Reino e, também, ao senhoril, dono de grandes extensões de terras, militares, clérigos, viajantes e, finalmente, a população pobre e escravos.

---

<sup>17</sup> Pronunciamento do professor e médico da Faculdade de Medicina da Bahia Hermenegildo do Amaral, “Conferência na Sessão do Instituto Bahiano de História da Medicina em 1948”, in *Arquivo do Instituto Baiano de Medicina*, Vol. I, p. 42.

<sup>18</sup> Ver Márcia H. M. Ferraz, *As Ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*, pp. 23-24. Neste trabalho, a autora tece discussões detalhadas sobre a utilização destes termos e seus significados para a história da ciência no Brasil e nos países de colonização portuguesa. A historiadora explica que, diferentemente, do caso da Nova Espanha, onde os colonizadores tinham intenção de se estabelecer e, portanto, buscaram junto aos índios conhecimentos da terra, de sua flora e fauna; os colonizadores em terras brasileiras procuraram apenas explorá-las, visto que eles não tinham interesse em permanecer. Nesse sentido, observa Ferraz, que se aplicam devidamente, no caso do Brasil, os termos “introduzir e implantar” ao se referir às ciências.

Data do período inicial, após a instalação da Corte no Brasil, a criação da Biblioteca Pública, da Imprensa Régia, do Museu Real e do Real Horto<sup>19</sup>, além dos primeiros cursos de ensino superior destinados à formação de engenheiros militares (junto à Academia Real Militar) e de profissionais da área da medicina, particularmente, na Bahia e no Rio de Janeiro.<sup>20</sup> Enfim, cunham-se no Brasil, neste momento, algumas das condições que se entendem necessárias para gerir e administrar o Império.

À sua maneira, essas e outras decisões do governo contribuem para melhoria das relações, no que diz respeito ao campo do conhecimento científico, com os países europeus, uma vez que procuram aqui estabelecer instituições nos moldes portugueses. Criam-se, por conseguinte, novos meios e resgatam-se outros por onde podem penetrar e exercem-se as influências das culturas do velho mundo.

No entanto, para Fernando de Azevedo, tais iniciativas não fazem parte de uma política bem calculada, de “uma política de deslocação cultural, transferindo para o primeiro plano o ensino das ciências quase inteiramente desconhecidas, e dando ao econômico e ao técnico a primazia sobre o literário”. Assim, ele explica:

O que antes de tudo, visava diretamente o rei de Portugal, criando essas instituições, era aparelhar a Colônia em que se instalava a sede da monarquia, não só de cirurgiões e engenheiros, indispensáveis à defesa sanitária e militar, e que já não podiam vir da Metrópole, como também de instituições com que pudesse se transformar a grande aldeia do Rio de Janeiro na nova capital do império português<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, p. 373. Em 1819, passa-se a ser denominado de Real Jardim Botânico.

<sup>20</sup> Brasil, *Coleção de Leis do Império Brasil (1808-1820)*, 1808, p. 26.

<sup>21</sup> Para Fernando de Azevedo, essas medidas e outros acontecimentos posteriores, corroboram o desvio do propósito inicial do governo, conduzindo às questões de ordem e de segurança desde as

Para o historiador Nelson Werneck Sodré, entretanto, essas medidas, até certo ponto, tomadas de acordo com as circunstâncias vigentes, garantem a defesa do reino português, permitindo manter a unidade territorial do Brasil e, por certo, dão à nova terra as condições de ordem política, social e econômica que ajudará, muito mais tarde, no processo de transição para a Independência.<sup>22</sup>

A Coroa ainda favorece outros empreendimentos, pertinentes ao estudo das ciências, como veremos em mais detalhes a seguir, e implanta novas medidas para o desenvolvimento do ensino, bem como a difusão e a ampliação das atividades científicas, notoriamente, das ciências naturais.

Estudos demonstram que, do ponto de vista político, o período regencial, seguido do segundo império, é uma fase de intensos conflitos com crises e revoltas em várias províncias, geradas pelas contradições entre os interesses da coroa, dos senhores de terras e das camadas populares. Nessa situação de crise social e descontentamento com a política empreendida, o governo estimula a organização de diversos movimentos emancipatórios.

É nessa conjuntura que inserimos o nosso estudo com intuito de compreender e revelar um dos caminhos da ciência no Brasil. Importa-nos, de forma mais particular, estabelecer o contexto historiográfico da segunda metade do século XIX para melhor situar as trilhas das ciências na Bahia.

Para atender a esse propósito empreendemos alguns questionamentos e análises na perspectiva da história da ciência referentes à política empreendida pelo Governo Imperial e às condições sócio-econômicas do país que determinaram a implantação, a difusão e o desenvolvimento no campo das ciências médicas.

---

lutas pela independência nacional até os começos do segundo Império. Vide Fernando de Azevedo. *A Cultura Brasileira*, p. 377.

<sup>22</sup> Nelson Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*, p. 298.

Nesse período, em toda parte do país irrompem-se revoluções e/ou guerras, como preferem alguns historiadores, que reivindicam mudanças políticas, de um lado, e denunciam as condições de desigualdade das províncias e as altas tarifas sobre os produtos regionais, de outro.<sup>23</sup>

Assim, sobram insatisfações em todo país e “numa manobra, na tentativa de conter os movimentos, impor a ordem e reunificar o país, D. Pedro II é levado ao poder e assume o reinado”.<sup>24</sup>

Deste modo, entendemos que o investimento econômico cresce e junto com ele aumenta, consideravelmente, o número de pessoas trabalhando nas cidades. Uma conseqüência deste movimento é o surgimento cada vez mais crescente de doenças de modo que os trabalhadores livres e escravos, que sustentam a força da economia, morrem em decorrência das epidemias. O momento exige, portanto, atenção à saúde da população, que reivindica assistência nessa área. O governo determina medidas para combater as diversas doenças, bem como a situação sanitária que se encontra em condições muito precárias. Essa situação revela-nos que são poucos as transformações e investimentos nessa área, diferentemente do que acontece, nos campos da política industrial e da economia de exportação.

Assim, entendemos que os fatos históricos aqui apresentados são proeminentes, necessários e, ao mesmo tempo, relevantes para situar nossa investigação, sem embargo de outros episódios, também importantes. Esperamos, entretanto, que os fatos discutidos, sejam suficientes para trazer à luz o nosso objeto

---

<sup>23</sup> No sul do país deflagram-se a revolução Farroupilha entre 1835 e 1845; na Bahia, a revolta dos Malês em 1835; no Pará, a revolução da Cabanagem entre 1835 a 1840; novamente, na Bahia, a revolta popular Sabinada entre 1837 e 1838; no interior do Maranhão, a revolta popular Balaçada de 1838 a 1841 e a revolução praieira em Pernambuco entre os anos de 1848 a 1850. B. Fausto, *História do Brasil*, p. 43.

<sup>24</sup> Néelson Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*, p. 299.

de estudo, qual sejam, as novas idéias e concepções das ciências médicas registradas na *Gazeta Medica da Bahia* à “Escola Tropicalista Baiana”.



# **CAPÍTULO I**

**Bahia, a antiga capital do império, anuncia o contexto controverso das ciências médicas**

## 1.1. Um passo para as mudanças: as ciências médicas nas Cartas Régias

Ao desembarcar na Província da Bahia em de fevereiro de 1808, o Príncipe Regente D. João VI toma algumas decisões que levam à implantação e difusão da ciência moderna no Brasil. É criada uma cadeira, uma “Escola de Cirurgia”, onde o estudo das ciências naturais é contemplado. Conforme podemos ler abaixo, diz a Carta Régia que se cria:

A “Escola de Cirurgia no Hospital Real desta Cidade, para instrução dos que se destinam ao exercício desta arte, tem commettido ao sobredito Cirurgião Mor a escolha dos professores, que não só ensinam a Cirurgia propriamente dita, mas a anatomia como base essencial della, e a arte obstetrícia, tão útil como necessária”<sup>25</sup>.

Deste modo, conforme determina a Carta Régia, as Escolas de Cirurgia devem ser instaladas nos Hospitais Reais Militar das Províncias. Vejamos a seguir a figura (A), que ilustra a Escola da Bahia, posteriormente, no prédio do extinto Colégio dos Jesuítas situado no Terreiro de Jesus, em Salvador, Bahia.

---

<sup>25</sup> Carta Régia de 18 de fevereiro de 1808, *in* Brasil, *Collecção das Leis do Brasil (1808-1820)*, 1808, p. 2.



**Figura (A) - Escola Médica-Cirúrgica da Bahia (1808)**

26

Embora esse Hospital se encontrasse em funcionamento desde 1779, conforme documento manuscrito <sup>27</sup> localizado no Arquivo Público da Bahia, suas condições são muito precárias. O referido documento, ainda, nos diz que esta Instituição foi instalada, primeiramente, no Convento da Palma dos Frades Agostiniano Descalços e, em seguida, no Colégio que havia pertencido aos Jesuítas, expulsos do reino português em 1759.<sup>28</sup> O pronunciamento do Governador da Província ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios nos diz da criação e transformação dessa instituição, onde se inicia o ensino das ciências médicas. Podemos, então, ler a carta que diz:

---

<sup>26</sup> Ainda que a figura (A), Faculdade de Medicina da Bahia, apareça datada de 1808, na verdade, trata-se da fotografia de uma pintura assinada por O. Torres do ano de 1956 representando a Escola criada naquela data. O autor dedica a obra "A Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia" localizada no Terreiro de Jesus, Salvador-Bahia, vide [http://: <www.medicina/ufba/br>](http://www.medicina/ufba/br) acessado em 20 de julho de 2007.

<sup>27</sup> Carta Manuscrita sobre o Hospital Militar da Bahia, in Arquivo Histórico Ultramarino - 19 de Janeiro de 1779 - Caixa nº 53 - DOE nº 10.067-10.068.

<sup>28</sup> *Ibid.*

*"de Ordem da Rainha N. Senhora, me remette a representação com que chegou ao Trono, o Vigário Provincial dos Agostinhos Descalços, eme-insinua, que amesma Senhora era servida, que eu informasse, declarando a ordem, porque foy destinado o Convento chamado da Palma, dos ditos Religiosos, para Hospital dos Soldados e hoje convalescença delles / adamnificação em que seacha, equanto poderá importar asna re-edificação, para se reduzir ao estado emque seachava, quando setomou:*

*– Para dar cumprimento, como sou obrigado, devo principiar esta informação pela parte q.- respeita a Ordem porque foy o Hospício da Palma tomado para segurarem os Soldados doentes, edepois desatisfazer aella, passarey as outras duas partes [...].<sup>29</sup>*

Em outra parte do referido manuscrito, relatam-se as condições físicas em que se encontra o Convento da Palma, local que serve de hospital nas emergências com epidemias e em períodos de guerras. Também, somos avisados da situação política, que determinam a construção do Hospital Real Militar.

*[...] O pequeno Hospício (da Palma), a que chamão convento, está situado no local mais concêntrico da Cidade, e não havia nelle de residência mais que hum religioso, que se appellidava vigário e hum leigo velho, que andava sempre ás esmolas pêlos engenhos para comer e o seu Vigário em casa da sua família, residente nesta Cidade. Este era o verdadeiro estado em que se achava o dito Hospício, quando pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e pela de V. Ex. fui avizado, que os Hespanhoes intentavão invadir esta Capital, que me prevenisse para soffrer hum bombardeamento e acautelasse hum desembarque.*

*Não perdi tempo no que era indispensável fazer apromptar hum governador de praça ameaçado; e como entre os muitos deveres deste, era também ter lugar seguro, commodo e abrigado para os feridos, e não vendo outro melhor, que o dito Hospício, que estava deshabitado, foliei ao intitulado Vigário na lembrança que tinha, o qual promptamente m'o offereceu, como bom vassallo.*

*Na figura referida de só servir o Hospício de hospital na occasião da invasão; entrou esta Cidade a experimentar o terrível contagio das bexigas e entrou a ver-se com horror os estragos causados por este pernicioso mal. Não escapou delle a tropa tanto paga, como auxiliar, que junta estava para a defesa e sendo o Hospital militar na Casa da*

---

<sup>29</sup> *Ibid.*

*Misericórdia, consistindo em huma só enfermaria, em que apertadamente cabem 70 camas, sem que houvesse lugar de poder fazer-se outra e crescião os doentes todos os dias, que chegarão ao numero de 400; rezultou exaltar-se a dita epidemia, por deitarem em cada cama 2 e 3 enfermos, deitarem outros em esteiras pela coxã da mesma enfermaria e finalmente por não caberem já de modo algum, deitavão os doentes debaixo da Arcada, que forma o Claustro onde esperavão para serem tractados, que a tumba lhes fizesse lugar na referida enfermaria.<sup>30</sup>*

Ainda, em outra parte desse documento, o Governador descreve a situação da província atingida pelas doenças.

*infeliz situação e consternado de ver morrer todos os dias muitos soldados tanto pagos, como auxiliares e índios, homens moços, pois era raro o que escapava da morte tendo entrado no Hospital: com o parecer dos médicos e cirurgiões, fiz mudar os doentes. Os atacados de epidemia para o Collegio, que tinha sido dos extinctos Jesuítas, e os que padecião pequenas moléstias e feridos, para o Hospital citado, para não tomar a succeder, o que me constou tinha succedido, de terem entrado alguns para o Hospital com pequenos ferimentos e morrerem de bexigas<sup>31</sup>*

Entretanto, passada a crise, o documento revela-nos as recentes decisões de cunho econômico tomadas pelo Governador. Este Manuscrito diz que:

*Enquanto durou a força da epidemia, conservei os 2 hospitaes citados, porém logo que se conheceu que hia a menos, tomei novo accordo em beneficio da Fazenda Real qual foi juntar todos os doentes no Collegio dos extinctos Jesuítas, em diferentes enfermarias e ficar o Hospício para convalescença, porque pagando a Fazenda de S. M. á Mesa da Misericórdia 200 rs. por dia por cada hum enfermo e os que tihão tido bexigas ficavão necessitando de huma convalescença de 3, 4 e mais mezes, sendo esta debaixo da administração da Misericórdia, vinha ser huma despesa exorbitante, que*

---

<sup>30</sup> Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia Deos G. e a V.Ex." B.", Ex.<sup>mo</sup> Snr. Martinho de Mello e Castro e Manoel da Cunha Menezes, Governador e Capitão General. Carta Manuscrita sobre o Hospital Militar da Bahia. Arquivo Histórico Ultramarino - 19 de Janeiro de 1779 - Caixa nº 53 - DOE nº 10.067-10.068.

<sup>31</sup> *Ibid.*

*se evitou pela criação da convalescença, onde não havia outra despesa, que o soldo que percebia cada hum dos indivíduos, que nella se achava. [...].*<sup>32</sup>

Posteriormente, o Hospital Militar foi transferido para uma nova sede na ladeira dos Galés, em Pitangueira, onde se encontra hoje.<sup>33</sup>

Assim, em meio a essa situação e clamores da sociedade baiana em 1813, a Escola de Anatomia-Cirúrgica passa a funcionar nesta Capital, ainda que de forma precária. Em 29 de fevereiro de 1815, inicia-se a implantação da Reforma do Curso Médico-Cirúrgico, conforme estabelecido na Carta Régia do Príncipe destinada ao Governador na Bahia.<sup>34</sup>

Esta mesma Carta Régia estabelece, provisoriamente, um “Plano de Ensino” para a Bahia, semelhante, ao da Escola de Anatomia e Cirurgia-Médica do Rio de Janeiro, elaborado pelo também diretor e médico da Real Câmara Dr. Manuel Luiz Álvares de Carvalho. Nela podemos ler:

*O Dr. Manuel Luiz Álvares de Carvalho, formado pela Universidade de Coimbra, médico da Real Câmara, então diretor da Academia da Bahia influenciou junto do Governo Regente adoção do mesmo Plano de Ensino que é usado, e por ele elaborado e adotado desde 1.º de abril de 1813 na Escola Anatômica e Cirurgia Médica do Rio de Janeiro.*<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup> *Ibid.*

<sup>33</sup> Em 19 de março 1873, o novo Hospital Militar é inaugurado na presença do vice-presidente da Província e demais autoridades na Ladeira do Gales em Pitangueiras, Salvador; vide “Guia do Império da seção de Arquivo Colonial e Provincial”, Arquivo Público do Estado da Bahia, maço 3728, Livro, 834-38.

<sup>34</sup> Carta Régia de 29 de dezembro de 1815, expedida do Conde dos Arcos, então, governador da Capitania, promova as primeiras reformas na Escola de Medicina e Cirurgia da Bahia”, in Octávio Torres, *Esboço histórico dos acontecimentos mais importantes da vida da Faculdade de Medicina da Bahia (1808-1946)*, pp. 21-22.

<sup>35</sup> *Ibid.*

O “Plano de Ensino” determina que:

*Para matricular-se no 1.º ano é preciso que o candidato saiba ler e escrever, e no 2.º ano exige-se o exame de língua francesa. O curso será de 5 anos de estudos, as disciplinas e cadeiras estão distribuídas da seguinte forma:*

- 1.º ano — Anatomia, Química Farmacêutica e Matéria Médica;*
- 2.º ano — Anatomia (repetição) e Fisiologia;*
- 3.º ano — Higiene, Etiologia, Patologia e Terapêutica;*
- 4.º ano — Instruções Cirúrgicas e Operações, Obstetrícia;*
- 5.º ano — Medicina prática e Obstetrícia (repetição)*

Contudo, a criação de instâncias de ensino superior, nas condições do Brasil no início do século XIX, evoca a observação, notadamente, relevante para conhecer a história das ciências no Brasil, feita pela historiadora Márcia H. M. Ferraz, concernente a criação e funcionamento, de fato, dessas instituições. Por quanto, ela, nos diz:

Criar a Escola não significava, entretanto, que esta se poria, imediatamente, em funcionamento, pois dever-se-iam criar as cadeiras e nomear os professores para esses postos, o que muitas vezes se constituía num problema sério devido à falta de pessoas capacitadas. As cadeiras reduziam-se na maior parte dos casos, às instruções que o professor dava com seus próprios recursos e matérias.<sup>36</sup>

Assim o Plano de Ensino prevê que, para ingressar no primeiro ano da Faculdade, é necessário saber ler e escrever corretamente, bem como ter conhecimento das línguas Inglesa e Francesa. Também é facultado ao aluno ingressante matricular-se no segundo ano quando este souber Latim ou Geometria.

---

<sup>36</sup> Márcia Helena Mendes Ferraz, *As ciências em Portugal e no Brasil (1722-1822): o texto conflituoso da química*, pp. 191-192.

Quanto a tal determinação, diz o referido Plano de Ensino;

*Artigo 10º. - Podendo se presumir, que tem o espírito já acostumado a estudo, os Estudantes que souberem o Latim ou Geometria, matricular-se-ão estes logo pela primeira vez no Segundo ano [...].<sup>37</sup>*

No entanto, ressaltamos que, apesar de o “Plano de Ensino da Bahia” ser semelhante ao da Escola de Anatomia-Cirúrgica do Rio de Janeiro, na Província Baiana, temos em funcionamento até 1815 apenas duas cadeiras, quais sejam, anatomia e cirurgia.

Desse modo, a sociedade baiana reivindica reformas no Curso. Assim, o Príncipe Regente, em 17 de março de 1816, reconhece essa situação e encaminha a seguinte Carta Régia ao Conde dos Arcos, Capitão General da Bahia.

*Sendo-me presente o quanto são limitados os princípios de cirurgia que se adquire pelas lições das matérias próprias das duas cadeiras nessa cidade, para [...] promover a cultura e progresso de tão importantes estudos.*

*"Hei por bem criar um curso completo de cirurgia nessa cidade, à semelhança do que se acha estabelecido por decreto de 1.º de abril de 1813, nesta Capital, Rio de Janeiro, segundo o plano que mandei formar por Manuel Luiz Alvares de Carvalho, do meu Conselho, Médico da minha Real Câmara, honorário e diretor dos Estudos de Medicina e Cirurgia nesta Corte e Reino do Brasil, e que com esta vos envio [...].<sup>38</sup>*

Entre as várias medidas previstas pelo Príncipe encontra-se a transferência da Escola de Cirurgia-Médica do Hospital Real Militar <sup>39</sup> para a

---

<sup>37</sup> Ver Artigo 10º. Plano de Ensino, em Carta Régia de 29 de dezembro de 1815, *in* Brasil, *Collecção das Leis do Brasil* (1815).

<sup>38</sup> *Ibid.*

<sup>39</sup> Os Hospitais Militares são criados no século XVIII sob o decreto da Rainha em 19 de janeiro de 1779. Na Bahia o hospital foi fundado em 04 de outubro deste mesmo ano pelo Governador e Capitão Geral D. Fernando Jozé de Portugal. Porém, em 1815, D. Pedro I transformou-os em Hospitais



Santa Casa da Misericórdia.<sup>40</sup> Apesar da legislação sobre os estudos das ciências médicas no país determinar que o funcionamento e ensino das mesmas aconteçam nos Hospitais Reais Militares, verificamos que, na Bahia, a Escola de Medicina funciona na Santa Casa da Misericórdia entre 1815 e 1832.<sup>41</sup>

Ao mesmo tempo, o Príncipe toma outras providências para o funcionamento dos estudos médico na Santa Casa, tais como a autorização para transferência da escola, pagamentos de funcionários, despesas com o ensino e com a aquisição de material para funcionamento de forma que:

*as lições se darão no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, por concorrerem aí para as experiências e operações enfermos e cadáveres de ambos os sexos e de todas as idades, transferindo-se para aí as aulas que estiverem no Hospital Militar, as quais fareis colocar em casas suficientes que encolhereis de acordo com o Provedor da mesma Santa Casa, sendo encarregado da limpeza delas um Porteiro, que nomeareis e que também servirá de Contínuo a apontará as faltas dos estudantes vencendo de ordenado 250 mil reis, além dos 320 reis, que poderá levar a título de emolumentos aos estudantes por cada certidão de frequência que lhes passar.<sup>42</sup>*

Ainda, nesse sentido, um artigo na *Gazeta Médica da Bahia*, publicado posteriormente, vem corroborar com essas informações, destacando as condições do Hospital Militar da Bahia em 1816, ao dizer que:

Transformado o edifício dos Jesuítas a principio em hospital militar, e mais tarde em enfermarias da Santa Casa da Misericórdia, não possui elle as desejáveis condições hygienicas. Sente-se um cheiro desagradável quando se entra nas enfermarias,

---

Regimentais, dando-lhes novo Regulamento, vide documentação no Arquivo Histórico Ultramarino - 19 de Janeiro de 1779 -. Caixa nº 53 - DOE nº 10.067-10.068 e Carta Régia 29 de dezembro de 1815, *in* Brasil, *Collecção de Leis do Brasil Império (1815)*, p. 2.

<sup>40</sup> Esta instituição foi criada para atender os mais pobres, vide: *Gazeta Médica da Bahia*, XI (10), outubro de 1879.

<sup>41</sup> Carta Régia de 29 de dezembro de 1815, Arquivo Público da Bahia.

<sup>42</sup> Octávio Torres, *op. cit.*, pp. 21-22.

comquanto ellas não sejam forradas, apesar do grande aceio e muito cuidado das evangélicas Irmãs da Caridade.<sup>43</sup>

Tudo isso nos leva a crer que o Hospital Real Militar, naquele momento, não oferecia as mínimas condições de funcionamento.

Assim, com objetivo de por em andamento as ordens do Príncipe, o Conde dos Arcos, Governador da Bahia, em 16 de fevereiro deste mesmo ano, dirige-se ao Tenente Coronel António da Silva Paranhos, Provedor <sup>44</sup> da Santa Casa da Misericórdia de forma contundente e diz:

*Com esta remeto a Vmcê, por cópia, assinada pelo Secretário deste Governo, a Carta Régia de 29 de dezembro do uno passado, pela qual o Príncipe Regente Nosso Senhor á servido criar nesta cidade um Curso completo de cirurgia, segundo o plano que acompanha, afim de Vmcê., pela parte que lhe toca, dê cumprimento às Reais determinações nela contidas; entendendo-se para isso com o Coronel Ajudante d'Ordens, José To-maz Boccaciari, a quem tenho encarregado de escolher com Vmcê o lugar em que devem ser colocadas as Aulas, com os precisos arranjos.<sup>45</sup>*

Deste modo, concorrendo para essa situação, a Ata de 17 de março de 1816 registra a inauguração da Escola Médica-Cirúrgica da Bahia, na Sala das Sessões da Mesa da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, na presença do Coronel Ajudante de ordens do Conde dos Arcos, do Governador e Capitão General da Bahia, do Provedor da Santa Casa José Tomaz Boccaciari e dos Lentes António Ferreira

---

<sup>43</sup> Dr. J. Dos Remédios Monteiro, vide: *Gazeta Médica da Baía*, XI (10), outubro de 1879.

<sup>44</sup> O cargo de provedor era, em geral, ocupado por clérigos, políticos influentes, nobres titulares e de tradição. Conforme as *Regras da Misericórdia*: "homens de autoridade, prudência, virtude, reputação e idade", não podendo ter menos de quarenta anos. Sendo assim, era comum no seu início, os governadores-gerais acumularem este cargo com o de provedores; *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>> acesso em 01 de novembro de 2007.

<sup>45</sup> Octávio Torres, *op. cit.*, p. 21.

França, José Avelino Barbosa, Manoel José Estrela, José Soares de Castro e José Alvares do Amaral. Assim a Ata é lavrada:

*e aí foi dito [...] estabelecer nesta cidade, com os arranjos e utensílios necessários para completa execução das Reais Determinações, tinha com efeito aprontado as casas para as aulas, cadeiras, bancos e o mais que lhe parecera mais urgente para dar-se princípio ao dito curso, ficando esta sala das sessões da Mesa da Santa Casa igualmente destinada para nela se fazerem os Exames, e todos os Atos públicos da Escola, conforme se tinha concordado com o Provedor da mesma Santa Casa [...] convidava os mencionados Lentes para lhe entregar, e dar posse de tudo acima dito em nome, e da parte do mesmo Exmo. Senhor, afim de que todos e cada um dos lentes entre no exercício de suas funções conforme o Plano de Estudos médico-cirúrgicos mandado observar pela sobredita Carta Régia de 29 de dezembro do ano passado, e ele conclua a sua Comissão. [...].<sup>46</sup>*

Importa-nos destacar que, conforme determinação da Carta Régia, o Plano de Estudos Médico-Cirúrgicos exerce também o poder de *Estatuto* do Curso e, assim, cria algumas disciplinas, além de nomear seus respectivos lentes e dar poderes ao provedor. E deste modo, o Príncipe ordena que o

*Plano de Estudos, que acompanhou, e que serve de Estatutos ao Curso médico-cirúrgico, as Cartas Regias da mesma data [...] nomeia a José Avelino Barbosa Lente do Quinto ano, a António Ferreira França Lente do Terceiro ano, a Manoel José Estrela Lente do Segundo ano, a José Soares de Castro Lente do Primeiro ano, e a José Alvares do Amaral Lente Substituto do Primeiro, Segundo e Quarto ano, e encarregado de dar lições de Patologia e Terapêutica Cirúrgica no Terceiro ano, tomaram posse das referidas casas de aulas, d'Exames, e mais objetos relativos à Escola, de que se fará o competente inventário, e instalaram o Colégio Médico Cirúrgico desta Cidade, encarregando-se não só de executar religiosamente os Estatutos, Ordens Regias e do Governo desta Província, como*

---

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 22.

*também de tomar debaixo d'aprovação do mesmo Governo os acordos e deliberações sobre todos os objetos, que julgarem convenientes ao melhor desempenho de seus deveres, como Lentes [...].*

E, no mesmo ato, estando a Escola Médica-Cirúrgica assim instalada e em exercício de suas funções, o Príncipe Regente, manda que se:

*registrassem todos os Diplomas Régios [...] em um livro próprio para os Registros de toda a sua correspondência: e resolveu, que, como fosse necessário haver um Secretário, que se encarregasse de toda escrituração de suas Atas, Registros, matriculas e Exames, se pedisse ao Exmo. Snr. Conde Governador a nomeação de um indivíduo para esse lugar; petição essa, que se incumbiu fazer verbalmente o sobredito Coronel Ajudante de Ordens, [...] depois, de instruído o Colégio marcar o dia d'abertura das aulas. [...] e levantou a sessão. Eu José Álvares do Amaral, encarregado de fazer esta Ata, a fiz, que assinarão todos os Lentes acima mencionados. Bahia em Colégio, 17 de março de 1816 — **Antônio Ferreira França — Dr. José Avelino Barbosa — Manoel José Estrela — José Álvares do Amaral.**<sup>47</sup>*

Em seguida, o mesmo documento, descreve o *Plano de Estudos Médico-Cirúrgicos da Bahia*. O referido Plano é, então, apresentado conforme deliberações, tal como se segue abaixo:

### *Plano de Estudos Médicos*

"1.º — O curso completo de Cirurgia será de cinco anos.

"2.º — No 1.º ano aprende-se anatomia em geral [...] e de então [...] ensinar-se-á Química farmacêutica, e o conhecimento necessário à Matéria Médica e Cirurgia, sem aplicações; o que se repetirá nos anos seguintes, sendo estas noções dadas

---

<sup>47</sup> *Ibid.*, pp. 23-24.

*pelo Boticário do Hospital, que vencerá nos dous meses de outubro e novembro que ensinar em cada um deles vinte mil reis.*

"3.º — *No segundo ano repete-se o estudo de anatomia com explicação das entranhas e mais partes necessárias à vida humana, isto é, a Fisiologia [...].*

"4.º — *No terceiro ano, [...] lições de Higiene; Etiologia, Patologia e Terapêutica.*

"5.º — *No quarto ano haverá instruções cirúrgicas, e operações [...] e lições e pratica d'arte Obstétrica.*

"6.º — *No quinto ano [...] exercício prático de Medicina [...] e assistirão os Estudantes outra vez as lições do quarto ano, a Obstetrícia.*

"7.º — *Para serem matriculados os Estudantes no primeiro ano deste Curso, bastará, que saibam ler e escrever corretamente. [...].*

"8.º — *[...] ... [...].*

"9.º — *Todos os Estudantes assistirão desde o primeiro ano ao curativo [...] e ainda mais será o tempo destinado para as lições d'Anatomia, [...].*

"10.º — *[...] os Estudantes que souberem o Latim ou Geometria, matricular-se-ão estes logo pela primeira vez no Segundo ano [...].*

"11.º — *Todos os exames deste Curso serão públicos.*

"12.º — *Do 2.º ano em diante até o último haverá sabatinas e todos os meses Dissertação em língua Portuguesa.*

"13.º — *Do 3.º ano até o fim do 5.º não há feriados nas Enfermarias [...].*

"14.º — *Depois de feito o exame do 5.º ano poderão os que forem aprovados haver a Carta de Cirurgia.*

"15.º — *Aqueles porém que tendo sido aprovados plenamente em todos os anos quizerem de novo frequentar o quarto, e o quinto ano, fazendo os Exames com distinção se lhes dará a nova graduação de formados em Cirurgia.*

16.º — *Os Cirurgiões formados gozarão de prerrogativas [...].*

1.º — *Preferirão em todos os Partidos Públicos aos que não tiverem esta Condecoração;*

2.º — *Poderão por virtude de suas Cartas curar todas as enfermidades, aonde não houver médicos;*

3.º — *Serão desde logo Membro do Colégio Cirúrgico, e Opositores às Cadeiras deste Curso e das estabelecidas nesta Corte e das que se hão de estabelecer no Maranhão e Portugal;*

4.º — *Poderão todos aqueles, que se enriquecerem de princípios e prática a ponto de fazer os exames, que aos médicos se determinam, chegar a ter a Faculdade, o Grau de Doutor em Medicina.*

*"17.º — Os exames que para este Grau se exigem são os seguintes os de preparatórios, os dos anos letivos, as conclusões Magnas e Dissertações em Latim.*

*"Palácio do Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1815. — Marquês d'Aguiar. No impedimento do Secretário o Oficial Maior, Inácio José Aprigio da Fonseca Galvão".<sup>48</sup>*

Destacamos que, diferentemente da Faculdade do Rio de Janeiro, na Bahia, o 2º. Artigo deste "Plano de Estudo" determina que as disciplinas da segunda parte do primeiro ano devem ser ensinadas pelo Boticário do Hospital da Santa Casa. Assim, conforme estas Cartas Régias e Ata de Posse da Faculdade de 17 de março de 1816, após a primeira Reforma da Educação Superior, o ensino das ciências médicas na Bahia, "estabelece-se" de fato, no Hospital da Santa Casa da Misericórdia.

A criação e instalação dessas Instituições demarcam a difusão das ciências naturais no país e, por seu modo, elas, se revestem de grande importância para a história da ciência e, também, configura uma literatura específica da medicina brasileira.

Desse modo, outras disciplinas são criadas e agregadas ao Plano de Ensino. É o caso da Química e, em seguida, da Obstetrícia. A primeira foi criada com a Carta Régia de 28 de janeiro de 1817, dando instruções tal como se seguem:

*'Sendo indispensável não só para o progresso dos estudos de medicina, cirurgia, e agricultura, que tenho mandado estabelecer nessa Cidade, mas também para o*

---

<sup>48</sup> Carta do Governo da Bahia, n. 17, Anno de 1814, Livro 38 – Arquivo Público da Bahia, *Ibid.*, pp. 24-27.

perfeito conhecimento dos muitos e preciosos productos, com que a natureza enriqueceu este Reino do Brazil, que se ensinem os princípios theoricos e práticos da chimica, e seus diferentes ramos e applicações às artes e á pharmacia: Hei por bem crear nessa Cidade uma cadeira de Chimica".<sup>49</sup>

De tal sorte, a cadeira de Química Teórica é aplicada às “diferentes artes e ramos da indústria”.<sup>50</sup> Nessa configuração, ocorre o desenvolvimento da academia científica, igualmente e, em consonância, com a política e a cultura do país.

A legislação revela, ainda, as intenções políticas e de bem-estar da Província Baiana. Por outro lado, expõe, também, a preocupação com a exploração das riquezas existentes, o comercio interno e externo.

Segundo os estudos realizados sobre essa ciência, a química, no século XIX, em particular, na Bahia, tem como propósito, “primordial, a formação de profissionais para os mais diversos ramos da economia, desde a manufatura do açúcar à metalúrgica”.<sup>51</sup>

A outra disciplina, a Obstetrícia, tem inicio em 1818 a partir da matrícula dos alunos do quarto ano de estudos médicos. No ensino de obstetrícia e de Medicina Operatória, de modo sensível, falta-nos o material necessário. Nesse sentido, a prática do curso não pôde ser congruentemente desempenhada por falta de parturientes em que se exercessem as práticas médicas.<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> Carta Régia de 28 de janeiro 1817, in Brasil, *Colleção de Leis do Império*, p. 9; vide também, K. Matos, “A Química na Bahia: Da Faculdade de Medicina a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1889-1950)”, p. 7.

<sup>50</sup> Ver Torres, *op. cit.*, p. 13.

<sup>51</sup> Nesse sentido, Matos diz que: o professor de química, deveria se preocupar com os diferentes ramos da indústria, proporcionando aos alunos todas as experiências e análises que fossem necessárias para a compreensão da mesma. Esses experimentos devem dar particular atenção ao “trabalho das minas de ferro, e de outros metais, de que ainda abundavam o reino do Brasil, para que pudessem ser utilmente aproveitados. Ainda, diz que todos que quisessem estudar medicina e farmácia devem antes estudar aquela ciência em conformidade com o decreto, que criou, em 1817, a primeira cadeira de Química na Bahia e as instruções, contidas, que traçam um programa de investigações e estudos. Kédima Ferreira de Oliveira Matos, “A Química na Bahia: Da Faculdade de Medicina a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (1889 – 1950)”, p. 8.

<sup>52</sup> Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1862 e 1867, in J. A. Souza Filho, *O Ensino da Clínica obstetrícia na Universidade da Bahia*.

Também é incorporada, em maio de 1824, a cadeira de Farmácia, embora ela já existisse, oficialmente, desde a reforma anterior.<sup>53</sup> E, no ano seguinte, a cadeira de Patologia Externa é indicada para o 3<sup>a</sup>. ano do Curso de Medicina e o Dr. José Lino Coutinho que, como veremos, fará parte da “Escola Tropicalista Baiana”, é nomeado.<sup>54</sup>

Assim, pensamos que os fatos aqui discutidos, particularmente, constituem um capítulo de importância basilar ao buscarmos entender uma das trilhas da história da ciência no Brasil na medida em que eles estão na origem e nos dão a conhecer a história das ciências médicas, o ensino superior e, também, a formação desses profissionais especializados no período estudado. Isto posto, discutiremos a seguir quem são os profissionais de saúde, ainda, nesse período e, por outro lado, as circunstâncias que tornam indispensáveis.

---

<sup>53</sup> *Ibid.*, pp. 11-16.

<sup>54</sup> O Governador da Bahia, atento às solicitações do Diretor do Colégio, em 14 de julho de 1825, cria a disciplina de Patologia Externa, indicada para o 3<sup>a</sup>. ano do Curso de Medicina e nomeia Dr. José Lino Coutinho, formado pela Universidade de Coimbra, para ministrá-la. Este toma posse da cadeira em 4 de outubro do mesmo ano; vide: Memórias da Faculdade de Medicina (1808 -1946), p. 13.



## 1.2- Profissionais facultativos das ciências médica no segundo império: um contingente indispensável

Para atender às necessidades de saúde da população do império, a antiga reforma da educação 1815 regulamenta o exercício profissional dos cirurgiões,<sup>55</sup> dando-lhes direitos e qualificação profissional em diferentes modalidades. Uma dessas modalidades é o Curso de *Cirurgião Aprovado*, no qual o aluno cursa até o quinto ano do curso cirúrgico e, a outra, o Curso *Cirurgião Formado*, em que ele cursa até o sexto.<sup>56</sup>

Desse modo, tanto os Cirurgiões, assim como os médicos, podem legalmente exercer a profissão e curar os enfermos. Essa situação, entretanto, aumenta o litígio entre as classes dos profissionais das ciências da medicina, mesmo levando em conta, como salienta Ferraz, o discurso dos *Estatutos* da Reforma da Universidade de Coimbra, segundo o qual os cirurgiões são considerados inferiores àqueles que podiam exercer a medicina.<sup>57</sup>

Para ilustrar a presença desses profissionais, apresentamos na (figura B) uma antiga carta, de autorização para o exercício da prática de sangria, datada de 1820, semelhante, às expedidas, ainda, no segundo império. Trata-se da *Carta de*

---

<sup>55</sup> Carta Régia de 29 de dezembro de 1815. In: *Arquivo do Instituto Bahiano de História da Medicina*, Vol. I, 1948, pp. 44-45.

<sup>56</sup> Artigo 16º., Parágrafos; 1º., 2º., 3º. e 4º. do Plano de Ensino. Os cirurgiões têm autorização para curar, além das seguintes prerrogativas: a) primazia nos partidos públicos, b) torna-se, imediatamente, membro do Colégio Cirúrgico e opositores das cadeiras deste curso e das estabelecidas nesta Corte e das que serão estabelecidas no Maranhão e em Portugal e c) recebem o Grão Doutor caso sejam aprovados nos exames destinados aos médicos. Carta Régia, *Ibid.*

<sup>57</sup> Márcia H. M. Ferraz, *As ciências em Portugal e no Brasil (1722-1822): o texto conflituoso da química*, 1997, p. 194. Ainda, nesse sentido, diz a *Gazeta Médica da Bahia: A velha rixa secular entre médicos e cirurgiões ministrantes tinha quase desaparecido, poucos facultativos restavam das velhas Escolas Cirúrgicas e a recente criação da Faculdade de Medicina. Gazeta Médica da Bahia*, XXXVII (7), janeiro de 1907.

Autorização do Prático de Sangria, passada ao escravo Vicente de Angola, assinada pelo Diretor de Controle de Saúde do Império, o Cirurgião-Mor, Dr. José Correia Picanço. Vejamos:

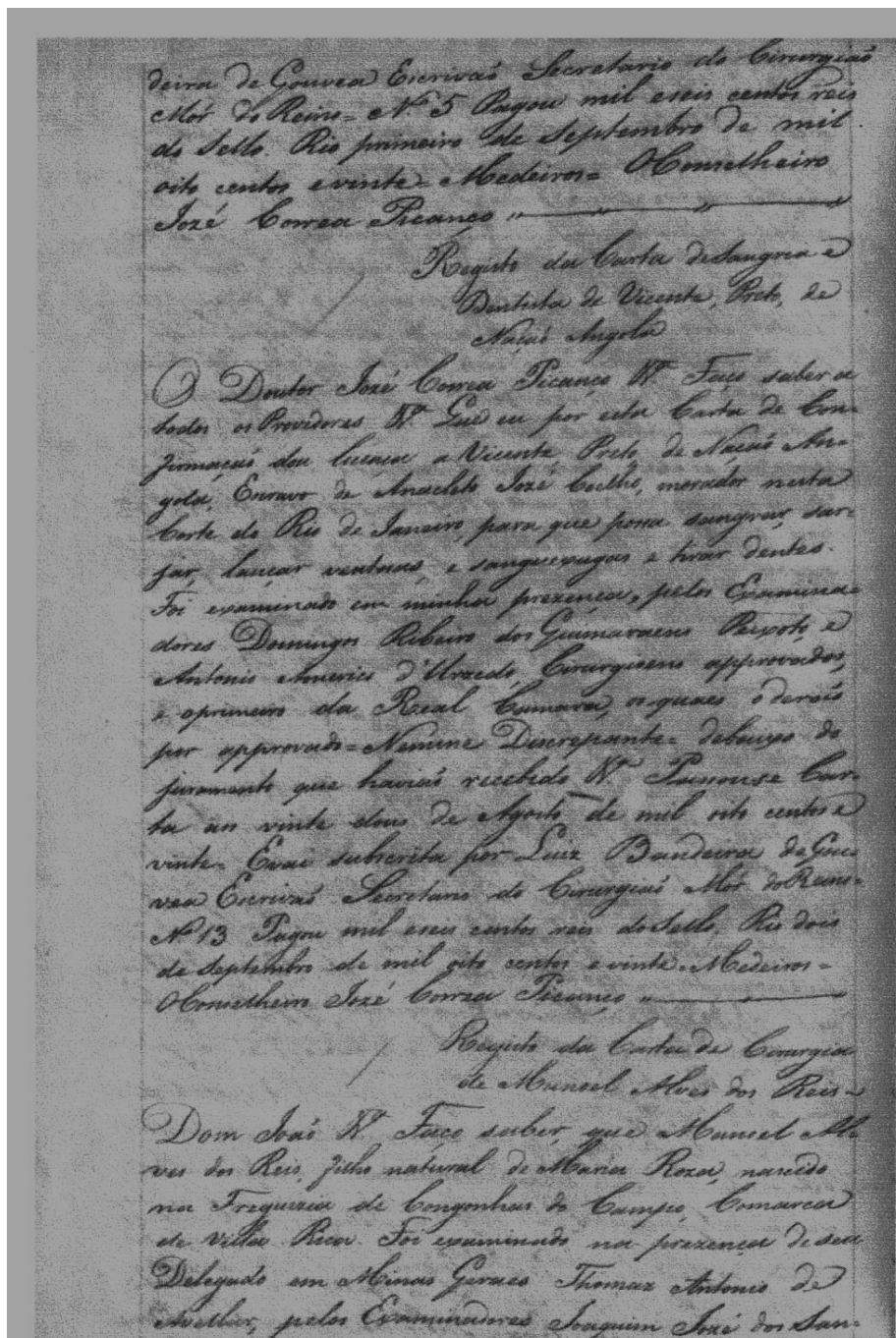


Figura ( B ) Carta do Prático de Sangria do  
 Escravo Vicente de Angola (1820)

58

<sup>58</sup> No caso, essa Carta, foi concedida ao escravo Vicente, Preto, de Angola, em 1º de setembro de 1820, após exames, em Cirurgião-Mor José Picanço, autoridade constituída para esse fim pelo Decreto de D. João VI de 7 de janeiro de 1809.

De fato, mesmo estando, no final do século XIX, “os profissionais habilitados para o exercício da medicina são pouquíssimos e em todo o país ainda exige-se a prática da sangria e presença dos boticários e seus aprendizes, os aprendizes de barbeiro e de cirurgiões barbeiros”. Nesse sentido, afirma a *Gazeta Médica*:

Reinava ainda na pratica medica a [...] : sangrias, diluentes, debilitantes, depletivos, em oposição á prática [...] que recommendava os excitantes, os tónicos, os reconstituintes, os cordiaes etcj. Parece que ambos os systemas curavam, si é que a madre Natureza não se interpunha aos campos oppostos, em favor dos pacientes, que não morriam todos.[...] Os barbeiros, além das suas funções capillares, de sangradores e de bicheiros (de bichas e não de bichos, como os accumulavam as de dentistas ou, mais propriamente, de anti-dentistas, pois se limitavam a arrancar, com um só instrumento, o formidável boticão, os dentes dos freguezes, desconhecendo os processos de conservação e de substituição. Alguns tinham um pequeno rosário de dentes (alheios) pendurados á porta, como um attestado de sua perícia em desdentar a humanidade. D'ahi o proloquio popular: A quem doe o dente vá ao barbeiro.”<sup>59</sup>

Provas dessa situação são os instrumentos conhecidos desse período, alguns localizados na Bahia, tal como a cadeira de cirurgião barbeiro apresentada na figura (C) a seguir,



**Figura (C) Cadeira de Cirurgião Barbeiro - Século XIX -  
Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte / MG**

<sup>59</sup> Ver Arquivo do Instituto Bahiano de História da Medicina, vol. I, 1949, p. 42. e *Gazeta Médica da Bahia*, XXXVII (7), janeiro de 1907.

<sup>60</sup> Essa peça, Cadeira de Cirurgião Dentista, século XIX, encontra-se no Acervo do Museu de Artes e Ofícios, exposta na Área de Ofícios Ambulantes, *In*: Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte, MG, 2008.

Desse modo, a documentação estudada pode nos dar a conhecer uma parte do percurso das ciências médicas exercida por profissionais *facultativos*,<sup>61</sup> bem como a política de saúde pública e sanitária em andamento no país. Assim, procuramos analisar, em alguns documentos, as circunstâncias em que ocorrem a transformação e a transição do ensino oficial da Faculdade de Medicina da Bahia em relação às novas idéias da “Escola Tropicalista”, como veremos a seguir.

---

<sup>61</sup> Este termo é usado para designar médicos e/ou outros profissionais liberais (independentes) nos documentos estudados. Assim adotaremos tal termo no nosso trabalho.

### 1.3 - Faculdade de Medicina da Bahia: uma academia de debates político e científico

A Reforma Educacional de 1832, conforme Carta Régia do Imperador, faz importantes modificações no campo das ciências no império. A nova lei decretada pela reforma conduz a novos debates e mudanças no país que, recentemente, havia promulgado sua Constituição.<sup>62</sup> Uma dessas modificações é a elevação do Colégio Médico-Cirúrgico à categoria de Faculdade de Medicina da Bahia. Assim, ministram-se três cursos, quais sejam, Medicina, Farmácia e Obstetrícia, concedendo aos candidatos os títulos de Doutor, Farmacêutico e Obstetra.<sup>63</sup>

A Faculdade de Medicina da Bahia nasce dos reclames da Câmara de Deputados, das classes sociais baianas e dos médicos. Nesse contexto, o Projeto do Deputado Geral, médico e lente Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, Dr. José Lino Coutinho, é acatado pela assembléia.<sup>64</sup> Ele, então, profere tal discurso;

[...] com vimos, do nosso Collegio Médico Cirúrgico, [...] apesentou à Câmara, no ano seguinte, um projeto de reorganização das escolas de Medicina do país. O qual, muito combatido [...] não logrou aceitação.<sup>65</sup>

Mas, em outro momento, no decorrer de sua fala, ele nos diz:

Suscitou, entretanto, o interesse da Câmara pelo momentoso assunto, a qual encarregou a Sociedade de Medicina, [...] de elaborar um plano de reforma das escolas em questão [...] e o projeto foi aprovado, com ligeiros

---

<sup>62</sup> Entendemos que, mesmo com as novas idéias que favorecem as transformações políticas e reformas educacionais, a Igreja permanece suficientemente forte para fazer aprovar, oficialmente, a religião católica em todo território nacional conforme Constituição de 1832.

<sup>63</sup> Carta Régia de 29 de dezembro de 1815, *in* Brasil, *Colleção de Leis do Brasil* (1817), p. 64.

<sup>64</sup> Em 1826 o Projeto é aprovado pela Assembléia dos Deputados. Ver *Memórias da Faculdade de Medicina (1808 -1946) - Esboço histórico dos acontecimentos mais importantes da vida da Faculdade de Medicina da Bahia*, pp. 12 -16.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 15.

retoques, e a lei sancionada pelo decreto de 3 de outubro de 1832, promulgada pela segunda Regência do Império.<sup>66</sup>

Assim,

Os médicos formados pela Faculdade de Medicina da Bahia e seus professores parecem ter participado ativamente das questões política do Estado e, sem dúvida, do país. Dezesete deles, dez dos quais professores da Faculdade de Medicina da Bahia, representam a Bahia durante o Império; nas Assembléias Provinciais, a Bahia teve a partir de 1834 19 médicos, 14 deles do quadro da Faculdade.<sup>67</sup>

De fato, vários dos professores da Faculdade de Medicina, haviam se envolvido com cargos políticos: José Luiz de Almeida Couto tinha sido por três mandatos, Presidente da Província da Bahia, semelhante cargo que Jeronymo Sodré Pereira havia ocupado em Sergipe e, ainda, posteriormente, Manoel Vitorino, ocupa a Presidência da República interinamente.<sup>68</sup>

Nesse contexto, instalam-se as novas disciplinas, a biblioteca, a botica, os laboratórios de física e química e os gabinetes, a enfermaria, sala de operação, ou seja, a infra-estrutura para ampliação e melhoria das instalações do hospital, tendo em vista o desenvolvimento as ciências naturais. Além disso, recebem-se doações de iniciativa privada. Na página, seguinte, podemos visualizar, na figura (D), alguns desses instrumentos do século XIX doados a Faculdade da Bahia.

---

<sup>66</sup> Maria Aparecida P. Ribeiro, *A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas (1854-1924)*, pp. 15 e 16.

<sup>67</sup> *Ibid.*

<sup>68</sup> *Ibid.*



**Figura (D) Objetos científicos do Século XIX -  
AcervodaFaculdade de Medicina da Bahia**

69

Após conclusão das obras de instalação, que perdurará até o final do século XIX, a população baiana e a comunidade acadêmica ganham novas instalações da Faculdade de Medicina da Bahia.

Essas e outras realizações contribuem, de certa maneira, para a melhoria do ensino das ciências, entretanto, elas são insuficientes. Além disso, as demais mudanças pretendidas prolongam-se por muito tempo, gerando outros problemas. Vale aqui salientar que muitas dessas reformas almeçadas não saem do papel.

---

<sup>69</sup> Figura (D): Objetos científicos do Século XIX. Disponível, site <[http:// www.medicina/ufba/br](http://www.medicina/ufba/br)> acesso em 20 de maio de 2007.

A Faculdade de Medicina da Bahia torna-se um espaço privilegiado para as discussões científicas, bem como de idéias políticas e filosóficas que chegam do velho mundo que, por sua vez, “impulsionam o progresso da ciência” e as transformações sociais no império. É o que aponta Maria Aparecida Ribeiro, observando que, “durante quase todo o século XIX, é a única instituição a oferecer curso superior na província baiana, uma vez que a Faculdade de Direito só seria instituída bem depois”.<sup>70</sup>

Nesse sentido, lembra-nos, o então médico Pacífico Pereira, ex-aluno, lente e primeiro Diretor eleito democraticamente da Faculdade de Medicina da Bahia e futuro membro da comunidade tropicalista, na *Gazeta Médica* de 1888<sup>71</sup> que:

O espírito liberal que animava a reforma de 1832 manifestava-se em sábias disposições que mantinham a liberdade do ensino, ampliavam notavelmente o desenvolvimento dos estudos, proporcionavam os meios de realizar em algumas cadeiras a instrução prática, garantiam ao professorado independência, autoridade e prestígio, davam salutar autonomia às duas faculdades, conferindo-lhes o direito de eleger seus diretores, apresentando ao Governo uma lista tríplice da qual seria escolhido o nomeado, a atribuição de confeccionar seus regulamentos, de propor a reforma na distribuição das matérias, e de aplicar as bases das matrículas e os emolumentos dos títulos à compra de livros para a biblioteca.<sup>72</sup>

Ainda nesta direção, argumenta este médico:

---

<sup>70</sup> Ver maiores detalhes em Maria Aparecida Ribeiro, *op. cit.*

<sup>71</sup> Algumas dessas idéias políticas e filosóficas discutidas na academia, a que o médico tropicalista se refere, por exemplo, a abolição da escravatura, por vezes, agem como meio de aglutinação dos setores interessados em uma nova ordem social e crenças da necessidade de apressar as mudanças sócias e, mais tarde, o surgimento das idéias positivista e, posterior, consolidação do no Brasil, com a fundação da Sociedade Positivista no Rio de Janeiro, que conta entre seus membros Benjamin Costant. Ver “Abolição da Escravatura”, *Gazeta Médica da Bahia*, XIX (11), maio de 1888, p. 124 e Elomar Tambara, “Educação e Positivismo no Brasil”, in *Histórias e Memórias da Educação no Brasil Vol. II – Século XIX*, pp. 167 e 168.

<sup>72</sup> Pacífico Pereira, “A tradição histórica da Faculdade de Medicina da Bahia é um traço luminoso e indelével de patriotismo desde sua fundação até nossos dias”. *Bahia Ilustrada*, II (3), pp. 7 e 8.



Fundada sob os benéficos auspícios de tão ilustres paraninfos José Avelino Barbosa, Paula Araújo, Ferreira França e Lino Coutinho a Faculdade de Medicina da Bahia constituiu-se desde então um centro de actividade constante pelo progresso da sciencia, pela causa do bem e da humanidade e, sobretudo, pelo culto da independência, da liberdade e do direito, de que foram valorosos obreiros e intemeratos defensores os primeiros mestres da velha escola.<sup>73</sup>

Desse modo, a *Gazeta* logo nos adverte que, na Faculdade de Medicina da Bahia, não só se ensina o que está previsto no “Plano de Ensino”, mas também debate-se idéias, sistemas filosóficos e tendências diversas. Ademais, discute-se a respeito do progresso das ciências como um meio de desenvolvimento e melhorias do país.

Além disso, exige-se do aluno, que aspira ao grau de Doutor em Medicina, que ele se submeta a uma terceira série de exames, ou seja: primeiro os exames preparatórios, depois os exames dos anos letivos e, por último, as Conclusões Magnas e uma “These” em português ou latim, seguindo as normas da Faculdade e cuja impressão ficaria a cargo do candidato.<sup>74</sup> De fato, esse material se constitui num importante corpo documental que abordaremos brevemente neste estudo, ao qual destinaremos estudos mais profundos em trabalho posteriores.

Em seguida, no dia 13 de julho de 1832, o Diretor da Faculdade de Medicina, recebe uma resolução do governador da província, Joaquim Jozé Pinheiro de Vasconcellos, garantindo-lhe a posse da Botica à Santa Casa da Misericórdia. Diz o Governador:

[...].“Avista do Officio, que dirigiu a este Governo a Meza da Casa da Santa Misericórdia relativam "a ser indispensável ao Hospital, que lhe foi concedido [...] a Casa da Botica que lhe é anexa, sobre cujo objecto informou a Congregação dos Lentes d'essa Escola em data de 5 do corrente, fazendo

---

<sup>73</sup> *Ibid.*

<sup>74</sup> Ver Artigo 17º Plano de Ensino, Carta Regia de 1832.

ver também a necessidade de q' tinha da mesma Casa para se estabelecer nella o laboratório Chimico, cumpre comunicar a V.S. para fazer presente á Congregação, que em Conselho se resolveu que a dita Botica fazendo parte do Hospital em questão, deve pertencer a Misericórdia, [...].<sup>75</sup>

Essa determinação do governador aumenta o litígio entre essas instituições e conduz a questão para outras instâncias. O Diretor da Faculdade responde à Resolução prometendo levar a situação ao Governo Central. Vejamos o teor do documento datado de 16 de julho de 1832,

[...] Fiz presente á Faculd.<sup>e</sup> de Medicina o Off.<sup>o</sup> datado de 13 do Corr.<sup>e</sup>, em que V. Ex.<sup>a</sup> diz ter-se resolvido em Conselho, que a Botica já concedida p.<sup>r</sup> V.Ex.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> Laboratório Chimico, e Pharmaceutico, deve pertencer a Mizericordia, e q.' a Faculd. indicasse outro local p.<sup>r</sup> o dito Laboratório, e como esta no seo ultimo Off.<sup>o</sup> de 5 do Corrente já tivesse feito ver a necessidade, e conveniência d'aq.<sup>le</sup> local p.<sup>r</sup> ter as proporçoens indispensáveis p.<sup>a</sup> o dito fim, p.<sup>r</sup> isso q' outro não há no mesmo Estabelecim.<sup>10</sup>, em q' se possa sem grandes despezas, e demora construir um novo; A Faculd. em consequência passa a representar sobre isto ao Governo de S. M. Imperial.<sup>76</sup>

Assim, em 12 de março de 1833, o Imperador encaminha uma Carta Régia ao Governador da Província da Bahia, determinando o retorno da Faculdade Medicina da Bahia para o Hospital Real Militar, nos seguintes termos:

Devendo a Escola de Medicina desta Cidade ser transferida da Caza da Misericórdia em que existe para outro edificio muito mais amplo e espaçoso, por não haver alli os precisos commodos para o estabelecimento das Aulas, Biblioteca, Laboratório Chimico, Gabinetes de Phisica, de Anatomia, e de Matéria Medica, Secretaria, e outros arranjos, conforme a Lei de 3 de Outubro do anno próximo passado; tendo o Governo Central concedido á Escola do rio de Janeiro todo o edificio que servira de Hospital Militar; e existem desocupada, nesta Cidade , a Caza de propriedade nacional, que outrora tivera igual emprego, e onde bem se realizarão as condições do Artigo 16 da mencionada Lei : a Faculdade de Medicina indigita á V Ex.<sup>a</sup>. A referida caza para o fim exposto, pedindo somente o andar de

---

<sup>75</sup> *Ibid.*

<sup>76</sup> *Ibid.*

cima, a Botica com a каза que lhe pertence, e a Enfermaria denominada d'Assumpção com os quatro que lhe são annexos..<sup>77</sup>

De outro modo, surgem dificuldades financeiras e administrativas na nova Faculdade<sup>78</sup>. Faltam professores e disciplinas para completar o currículo dos cursos, além de espaço físico para instalação de materiais de estudos e pesquisas. Na tentativa de resolver o problema econômico, o diretor encaminha um documento às autoridades competentes e, também, exige do Inspetor da “Thesouraria” não só o produto das matrículas dos seus alunos, como também as “sobras” da Consignação, determinada na Lei de Orçamentária para as despesas com o pessoal e com o material da instituição. A Faculdade vê-se impedida de arcar com pagamentos dos professores e dos serviços prestados pela Santa Casa da Bahia. Diante da impossibilidade de desenvolver os trabalhos necessários ao ensino e pesquisa devido à falta de infra-estrutura, os Lentes encaminham, no dia 5 de julho de 1833, a seguinte Carta ao Governador da Província:

*"A Faculdade de Medicina, em virtude da Ley de 3 de 8br.º de 1832, q' manda estabelecer a Escola de Medicina dentro ou na vizinhança dos Hospitaes Civis, representou [...] a incapacidade do local da Misericórdia, onde ainda existe, p.<sup>a</sup> conter as diversas Aulas, Bibliotheca, Laboratório Chimico, Secretaria, Gabinetes de Phizica, de Matéria Médica, da Anatomia Pathologica, e outros arranjo cumprira, q' V. Ex.<sup>a</sup> determinasse a mudança da mesma Escola p.<sup>a</sup> o Edifício Nacional, q' servira de Hospital Militar; e nessa ocasião declararão serem necessários o andar de cima, a casa da Botica com as suas dependências, e a Enfermaria dita d'Assumpção com os quartos, q' havia no lugar, em q' se achava colocada a Escola, e visto acharem-se divolutos os Sallões do Hospital do Collegio, cumprira, q' a Faculdade examinando-os lhe informasse se convinha passar p.<sup>a</sup> ali a Escola, e q' no caso*

---

<sup>77</sup> Ofício do Imperador, in Brasil, *Collecções de Leis do Império*, Bahia 12 de março de 1833. Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção de Microfilmagem.

<sup>78</sup> Ver maiores informações em documento na íntegra em anexo. Arquivo Histórico Ultramarino - 19 de Janeiro de 1779 - Caixa nº 1649 - DOE nº 10.067-10.068.

*afirmativo, lhe propozesse quaes as obras, q' deverião ser feitas p.<sup>a</sup> todos os arranjos da m.<sup>ma</sup> Faculdade. [...] q', havendo com effeito falta de co'modos, [...] acharão serem necessários todo o andar de cima, a casa da Botica, e os annexos, as Sellas, q'ficão no corredor de baixo, eo Theatro Anatômico já á muito destinado pelo Governo p.<sup>a</sup> esse fim, e pelo a' respeitava ás obras necessárias, a mesma Faculdade[...].<sup>79</sup>*

#### O Governador responde à Congregação da Faculdade:

*"Ilm.<sup>o</sup>. e Ex.<sup>m</sup>. Srs. — A Faculdade de Medicina tendo officiado ao Inspector da Thezouraria exigindo não só o producto das matriculas dos seos Alumnos, como tão bem as sobras da Consignação marcada na Lei do Orçamento para as despesas da Eschola no anno financeiro findo, e como não quizesse elle annuir ao que respeita a segunda parte, julgando ella aliás ter todo o direito a reclamar-a, resolvêo em sessão de hoje, que eu novamente officiasse a V<sup>Ex</sup>.a fazendo ver, que não tendo a Lei feito distincção entre despesas com o pessoal e com o material da Eschola, não está a Thezour." authorizada a fazer esta distincção; que ao Corpo Legislativo não era oculta a impossibilid.<sup>e</sup> de se proverem immediatamente todos os lugares da Eschola, e entretanto elle marcou para as despesas da mesma a somma de 25:000\$000 superior á despesa com o seo pessoal no estado completo com a declaração = desde já =; donde se vê, que não vem para o cazo o Art." 35 da Lei do Orçamento allegado pela Thezouraria por quanto elle he relativo ás sobras das quantias consignadas p.<sup>a</sup> os diversos artigos de despesa; a no cazo em questão não se pode julgar haver sobra, quando o dinheiro restante deduzida as quantias gastas com o pessoal da Eschola, nem he sufficiente para as numerosas dispezas, que se tem de fazer com a promptificação das Aulas, gabinetes, laboratórios etc, e com a compra das matérias, e instrum.<sup>tos</sup> necessários ás liçoens d' Anatomia, Operaçoens, Matéria Medica, Pharmacia etc etc, que a Faculdade, confiada e authorizada pelo Off de 30 d' Agosto do mesmo anno, lhe diz = que passava a expedir ordem ao Inspector da Thezouraria para mandar por á disposição da Faculdade o resto da quantia marcada na Lei do Orçamento [...].<sup>80</sup>*

<sup>79</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. *Guia do Império*, Série Instrução, Ensino Superior, Seção Colonial e Providencial, caixa n<sup>o</sup> 4046-1, Faculdade de Medicina da Bahia (1832-1849).

<sup>80</sup> Deos Guarde a VEx." Bahia 7 de Novembro de 1834 — III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Presidente desta Provinda — D.<sup>f</sup> Jozé Avellino Barboza, Vice-Director". Ver *Guia do Império*, Série Instrução, Ensino Superior,

Por último, resolvida a questão econômica, temporariamente, a Secretaria do Estado do Império encaminha ao presidente da Província da Bahia, Joaquim Jozé Pinheiro de Vasconcellos, em 14 de maio de 1834, o *Ofício* baixo, assim escrito:

*“[...] sem perda de tempo ponha em execução as ordens, q’ lhe forão transmitidas em Avizo d’esta Secretaria d’Estado com data de 21 d’agosto do ano passado [...].”<sup>81</sup>*

De todo modo, em definitivo, a Faculdade de Medicina, transfere-se para as instalações previstas por lei, ou seja, o prédio público, dos extintos Jesuítas. Desse modo, novos lentes são nomeados com suas respectivas disciplinas, como se pode ver abaixo:

Dr. José Soares de Castre (Anatomia)  
Dr. Manuel José Estrela (Fisiologia)  
Dr. António Ferreira França (Higiene, Etiologia, Patologia e Terapêutica)  
Dr. José Avelino Barbosa (Medicina prática (Clínica Médica),  
Dr. José Alves do Amaral, lente substituto das cadeiras do 1.º ao 3.º anos  
Dr. João Gomes da Silva (Química Farmaceutica)<sup>82</sup>  
Dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva (Farmácia)<sup>83</sup>  
Dr. João Navarro de Andrade (Química Teórica e Aplicada)  
Dr. José Lino Coutinho (Patologia Externa)<sup>84</sup>

---

Seção de Arquivo Colonial e Providencial, Caixa nº 1649, Maço nº 4046/1, Faculdade de Medicina da Bahia (1832-1834).

<sup>81</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. *Guia do Império*, Série Instrução, Ensino Superior, Seção Colonial e Providencial, caixa nº 4046-1, Faculdade de Medicina da Bahia (1832-1849).

<sup>82</sup> Com a criação desta disciplina, essa mesma lei encarrega o boticário da Santa Casa da Misericórdia, João Gomes da Silva, de ministrar aulas na Escola de Medicina. Compreende-se que o exercício do conhecimento respectivo à cadeira é ministrado por este boticário, que possivelmente, é leigo. Não tem formação em Medicina, nem em Farmácia, curso, então criado por meio da mesma lei. Depreende-se assim a influência do poder eclesiástico neste episódio. Importa salientar, ainda, que a Escola funciona dentro do Hospital da Igreja, vide: *Memórias da Faculdade de Medicina (1808 -1946)*, p. 13.

<sup>83</sup> Embora sendo o primeiro Lente da disciplina desde sua criação, só agora, cinco anos depois, em 1824, ele é reconhecido, oficialmente, no quadro de professores do Collégio Médico Cirúrgico, vide: *Memórias da Faculdade de Medicina (1808 -1946)*, p. 13.

<sup>84</sup> O Governador da Bahia, atento às solicitações do Diretor do Collégio, em 14 de julho de 1825, cria a disciplina de Patologia Externa, indicada para o 3ª. ano do Curso de Medicina e nomeia Dr. José Lino Coutinho, formado pela Universidade de Coimbra, para ministrá-la. Este toma posse da cadeira em 4 de outubro do mesmo ano. Vide: *Ibid.*, p. 13.

Por decreto, em 27 de junho de 1833, entra em vigor o processo de escolha democrática para Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia e, de uma lista tríplice, o Governador escolhe o primeiro colocado, o Professor, futuro tropicalista, Dr. José Lino Coutinho, que toma posse em 23 de julho deste<sup>85</sup> mesmo ano.

As reformas educacionais impulsionadas pelas mudanças necessárias ao crescimento do país promovem transformações científicas e implementam novos conhecimentos de medicina.

Entretanto, possivelmente, muitos desses reformas não são postos em prática devida a falta de material. A citação aqui vem ao encontro desse fato. Diz o memorialista, Torres:

Depois de iniciados os trabalhos e diante da falta do que era preciso aos estudos práticos, os professores solicitaram do Governador Conde dos Arcos o material necessário ao ensino. Esse pedido foi considerado exagerado, sofreu cortes e entre estes negaram o fornecimento de um microscópio, porém foram fornecidos diversos movéis, livros em branco, para escrituração de tudo, dois esqueletos, sendo um natural e outro artificial, e pequena quantidade de instrumental anatômico e cirúrgico<sup>86</sup>.

Desse modo, algumas disciplinas, por um lado, ganham mais importância e atenção do poder público do que outras e, de outro, são vistas, imediatamente, como meio de desenvolvimento da indústria, obtendo reconhecimento e notoriedade junto à sociedade. Um exemplo dessa atenção especial, por parte do governo, é o caso, da cadeira de Química<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>87</sup> Ver maiores explicações em Ana Maria Alfonso-Goldfarb e Márcia Helena M. Ferraz, “Reflexões sobre a história adiada: trabalhos e estudos químicos e pré-químicos brasileiros”, *Quiipu*, 5, p. 351.

Assim, ainda com o currículo em reestruturação, a primeira “These Inaugural”, intitulada “Asfixia por Submersão no Afogamento”, é defendida em 1836 por Manuel Ezequiel de Almeida.<sup>88</sup> A segunda, de autoria de Ignácio Moreira do Passo, intitulada “*A Syphilis é uma Enfermidade Contagiosa e Específica*”, é defendida em 1840.<sup>89</sup> Desse modo, entre o período de 1832 a 1889, são defendidas um total de 1021 teses, assim distribuídas:

Do ano de 1832 a 1849	15 teses;
Do ano de 1850 a 1859	93 teses;
Do ano de 1860 a 1869	61 teses;
Do ano de 1870 a 1878	266 teses;
Do ano de 1881 a 1889	586 teses.

90

Esses números mostram-nos um crescente aumento de teses defendidas na Faculdade de Medicina da Bahia. Os temas estudados são escolhidos pela Congregação da Faculdade de Medicina e, geralmente, tratam de aspectos sociais relativos à saúde, à higiene, à moral, à educação e/ou à filosofia.<sup>91</sup>

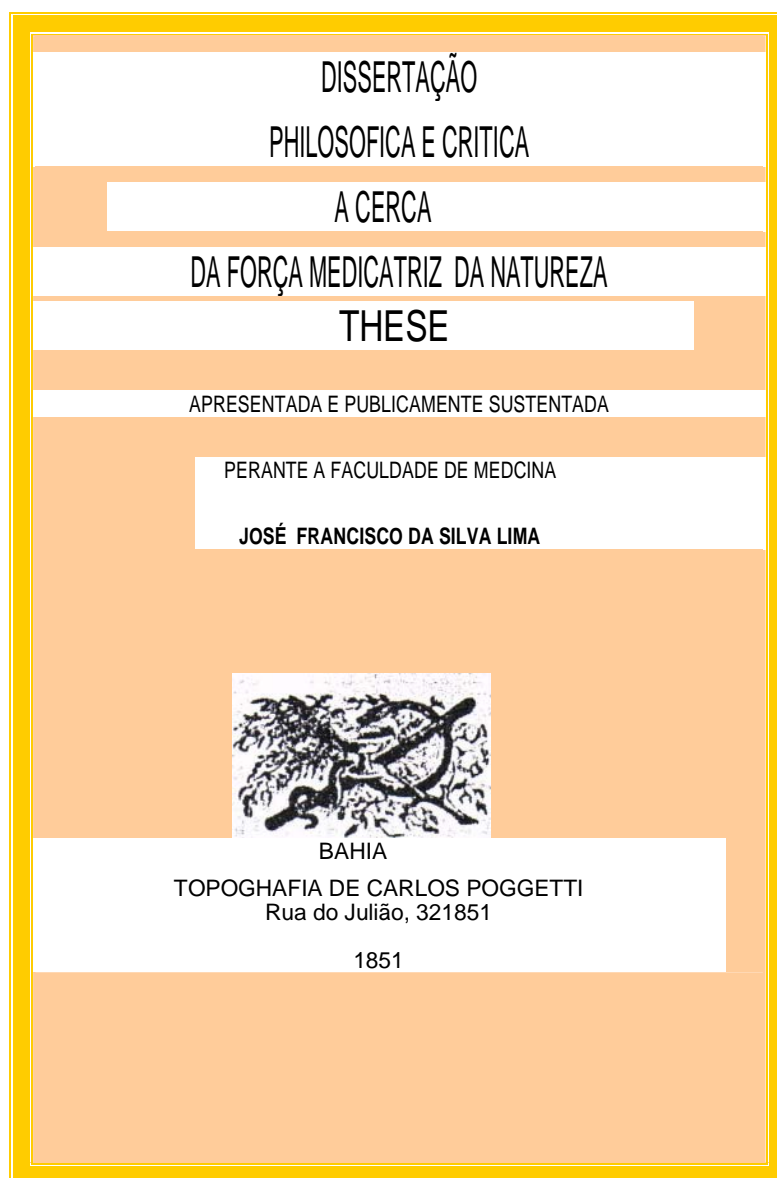
Nesse sentido, podemos ver, a seguir na (figura E) a “These” de José Francisco da Silva Lima, defendida em 1851, sobre o tema “Da Força Medicatiz da Natureza” que, posteriormente, torna-se um dos membros da comunidade tropicalista.

<sup>88</sup> Lista das Theses Doutorais, *Gazeta Médica da Bahia*, jan/jun. 2004, p. 10.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>90</sup> *Ibid.*, pp. 9-101.

<sup>91</sup> *Ibid.*



**Figura (E) Faculdade de Medicina da Bahia These Doutorial  
Defendida por José Francisco da Silva Lima – 1851** <sup>92</sup>

<sup>92</sup> Secção de Theses, Acervo do Memorial da Faculdade de Medicina da Bahia, 2007.



Assim, como prevê a legislação, depois da defesa pública perante uma banca de avaliação, o aluno é graduado em medicina e recebe um diploma de Doutor, conforme ilustramos, no exemplo que segue, (figura F):



Figura (F) Diploma de Médico de Pedro Dias da Silva (1881) <sup>93</sup>

Entretanto, não obstante as diferentes medidas, a Faculdade da Bahia convive com problemas de diversas ordens. Além da questão curricular e o retardamento para nomeação de professores, também enfrenta novas dificuldades financeira e problemas em decorrência de posições políticas opostas à sua administração.

<sup>93</sup> Acervo do Memorial de Medicina da Faculdade de Medicina da Bahia, 2007.

Desse modo, em 1854, o Ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, reorganiza o ensino superior, concebendo novos Estatutos às Faculdades de Medicina, seguidos do Regulamento Complementar, promulgado dois anos depois<sup>94</sup>.

Este decreto aumenta o número de disciplina para 18, criando-se as cadeiras de Química Orgânica, Anatomia Geral e Patologia, Patologia geral, Terapêutica e matéria médica. Além disso, passa a incluir a cadeira de Medicina Operatória e Aparelhos ao ensino da Anatomia Topográfica.

Outras medidas, ainda, são tomadas. Em suas memórias, o Dr. Torres, esclarece os feitos do decreto e enfatiza uma peculiaridade, referente ao funcionamento do Horto Botânico. Ele diz:

Ainda, eleva-se o número de preparatórios para os candidatos dos cursos professados nas Faculdades. Para o desenvolvimento do ensino prático são, oficialmente, criados, o Horto Botânico, um Laboratório de Química, um de Física, de História Natural, de Anatomia, de Matéria Médica, uma Oficina Farmacêutica, um arsenal Cirúrgico, sendo que o Horto Botânico nunca chegou a ser levado a efeito<sup>95</sup>.

Ao mesmo tempo, na outra ponta dessa complexa situação, os problemas de saúde pública da província aumentam. Médicos, estudantes, donos de engenhos, poder público e eclesiástico debatem arduamente na academia e nas esferas governamentais a respeito das medidas que pudessem levar à melhoria da saúde pública do país.

A *Gazeta Médica da Bahia* de 1867 denuncia, constantemente, essa situação do Império, relatando que as capitais são assoladas por doenças conhecidas e desconhecidas, epidemias e endemias.

---

<sup>94</sup> Decreto n.º 1387, de 28 de abril de 1854; Regulamento Complementar, 14 de maio de 1856, *in* Brasil, *Colleção de Leis do Império*, 1854, p. 68.

<sup>95</sup> Memória da Faculdade de Medicina da Bahia, *in* Torres, p. 15.

O Artigo do Editorial da *Gazeta Médica*, sob a direção do Dr. Virgílio Climaco Damásio, apresenta precauções contra a “cholera” e reivindica do Governo da Província algumas medidas. O médico tem intenção de conter os surtos na Bahia e exige que se reorganize e autorize o funcionamento do Conselho de Salubridade Pública, sancionado, anteriormente, pela lei provincial nº. 73, de 15 de junho de 1838, como podemos constatar no trecho abaixo:

Insistindo sobre a utilidade d'essa medida, aliás tão fácil de ser realizada, cumprimos um dever que por mais de um titulo nos é imposto, e para cujo desempenho animamos a esperança de que seremos atendidos, quer pêlos nossos collegas, membros titulares do Conselho, quer pelo illustrado governo da província, cuja benefica interferência ousaríamos reclamar, se tanto fosse mister.”<sup>96</sup>.

O governo implementa outras reformas e publica o Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1884, completando-se pelo Decreto n.º 9.311 de 25 de outubro do mesmo ano com propósitos de melhorias do ensino e da saúde pública.<sup>97</sup>

Mesmo com todo esforço, empreendido da parte do governo ao lado dos estudos desenvolvidos na Faculdade de Medicina, a atividade dos profissionais de saúde, bem como as medidas anunciadas e aquelas postas em prática no país, resta ainda muito a realizar. Diante dessa situação, na perspectiva de contribuir com a saúde pública e as ciências médicas, surgem novas idéias médicas através de profissionais, que passam a formar um grupo de médicos específico, como veremos no próximo capítulo.

---

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 1.

<sup>97</sup> Memória da Faculdade de Medicina da Bahia, pp. 17 e 18.

## **CAPÍTULO 2**

**“Escola Tropicalista”, uma escola nova na  
medicina**

## 2.1 - As trilhas da ciência: o que diz a *Gazeta Médica da Bahia*

O grupo posteriormente denominado “Escola Tropicalista Baiana” lança mão de algumas medidas para a formação de uma comunidade de pesquisa. Cria-se, assim, o periódico a *Gazeta Médica da Bahia*, em 1866, que documenta em suas páginas, uma parte da história da difusão e o desenvolvimento das ciências médicas de acordo com seus pressupostos. Podemos ver, abaixo, o primeiro número da Gazeta:

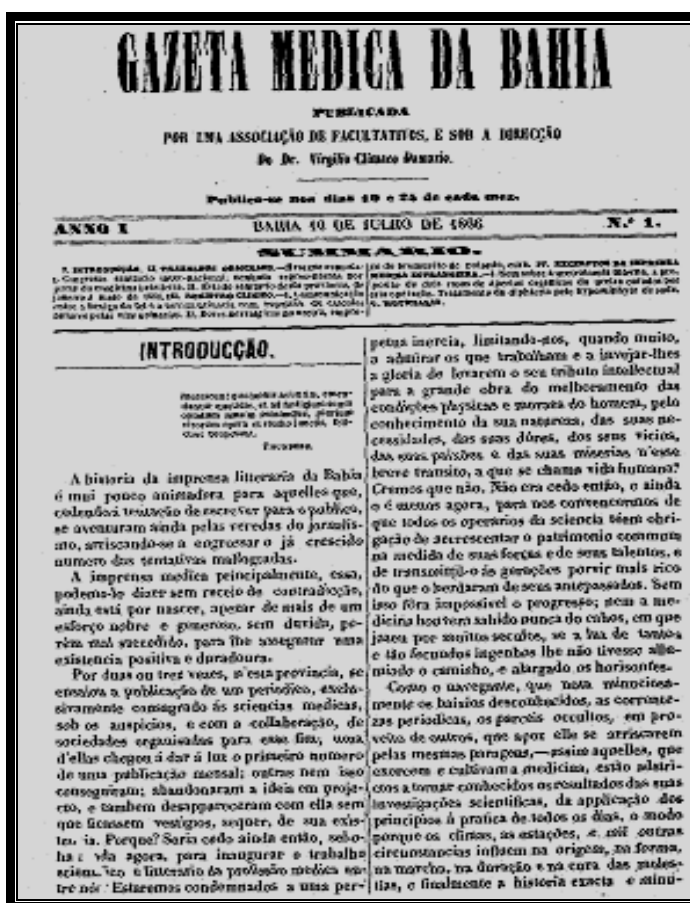


Figura (G) Primeiro número da *Gazeta Médica da Bahia* - 1866

<sup>98</sup> Primeira página da *Gazeta Médica da Bahia* em seu lançamento em 10 de julho de 1866. *Gazeta Médica da Bahia*, I (1), 10 de julho 1866, p. 1.

Entendemos que, sem apoio da Imprensa Régia, o periódico é lançado com a colaboração de amigos e sob a Direção do Tropicalista Dr. Virgílio Climaco Damazio, em seguida, Dr. Antonio Pacífico Pereira e depois Dr. Demetrio Tourinho em nome da Associação de Facultativos,<sup>99</sup> ou melhor, da Escola Tropicalista Baiana. O periódico manterá sua atuação como meio de comunicação científica durante 73 anos.<sup>100</sup> De forma geral, em suas páginas, encontram-se trabalhos originais dos médicos tropicalista e colaboradores nacionais e estrangeiros assim como notícias sobre o mundo acadêmico, memória históricas dos lentes e das faculdades médicas, escritos sobre hábitos e comportamentos sociais das épocas passadas e denúncias referentes à situação da saúde pública e campanhas e posições políticas. E, conforme seu diretor, na primeira edição, a revista é editada nos moldes das revistas científicas internacionais da época. Divide-se em sessões de introdução, trabalhos originais, registro clínico, excertos da imprensa médica estrangeira e noticiário. Nesse sentido, ainda, quanto à manutenção e publicação reza a Gazeta:

O valor da assinatura na capital da província custa 8\$000 mil réis por anno e para fora da província 10\$000 mil reis por anno e em vulso 500 reis. Publicada nos dias 10 e 25 de cada mês pela Typographia de Tourinho & Companhia, sito à Rua Nova do Comércio, número 11 em 1866, Salvador/Bahia.<sup>101</sup>

O periódico circulou regularmente entre 1866 e 1934, depois de uma interrupção voltou a ser editado, novamente, entre 1966 e 1972, com um número avulso em 1976.

---

<sup>99</sup> Esclarecemos que esse termo é usado pela Gazeta e demais documentos estudados, da época, tanto para se referir a médicos como a outros profissionais independentes.

<sup>100</sup> Vide em *Gazeta Médica da Bahia*, 74 (1), jan./jun. 2004.

<sup>101</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, I (1), 10 de julho 1866, p. 1.

A leitura do primeiro número da *Gazeta Médica* já nos informa de vários dos propósitos do grupo. Senão vejamos.

Essa revista surge como “um órgão da profissão médica, no qual deve-se registrar os progressos da ‘sciencia’, onde se recolhessem os ‘fructos’ da experiência e da observação [...]”.<sup>102</sup> Poderíamos dizer que o periódico passa a ser publicado para atender a necessidade de divulgação dos trabalhos originais desses médicos (que, para efeito de facilidade, passaremos a denominar ‘tropicalistas’) e das artes médicas no Império e assim contribuí como o desenvolvimento das ciências.

De fato, os propósitos dos responsáveis pelo periódico são, segundo suas próprias palavras:

[...] inaugurar o trabalho científico e litterário da profissão médica entre nós; melhoramento das condições de phisicas e moraes do homem, pelo conhecimento da sua natureza, das suas necessidades, das suas dores, dos seus vícios, das suas paixões e das suas miserias n’esse breve transito a que se chama vida humana [...pois] Todo operário da sciencia teem obrigação de acrescentar o patrimonio comum nas medidas de suas forças e seus talentos, e de transmitti-lo ás gerações por vir mais rico do que o herdaram de seus antepassados. Sem isso fora a medicina o progresso [...].<sup>103</sup>

E, ainda, dentro desses mesmos propósitos, com intento de estabelecer a pesquisa, discute-se de forma incisiva, como deve ser o modo e a atitude do estudioso da ciência.

aquelles, que exercem e cultivam a medicina, estão adstrictos a tornar conhecidos os resultados das suas investigações científicas, da applicação dos

---

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>103</sup> *Ibid.*

princípios á prática de todos os dias, o modo porque os climas, as estações, e mil outras circunstâncias influem na origem, na forma, na marcha, na duração e na cura das moléstias, e finalmente a história minuciosa da observação dos fatos particulares que, ou venham confirmar regras estabelecidas, ou imprimam nova direção ás idéias, e sirvam de guia aos que buscam a verdade.<sup>104</sup>

Importante ressaltar, para o que nos interessa nesta pesquisa, que esses médicos têm em vista as condições da terra onde vivem ao pretenderem conhecer e tratar das doenças que afligiam a população. De fato, essa posição está bastante clara e fica evidente na citação seguinte, ainda recortada das páginas do primeiro número deste periódico:

1. Concentrar, quanto for possível os elementos ativos da classe médica;
2. Difundir todos os conhecimentos que a observação própria ou alheia nos possa revelar;
3. Acompanhar o progresso das ciências nos países mais cultos;
4. Pugnar pela união, dignidade, e independência da nossa profissão e, particularmente,
5. Estudar as questões que mais interessam ao nosso país.<sup>105</sup>

Mesmo sem apoio governamental, e inserida num contexto conflituoso, a revista torna-se um referencial para estudos científicos, particularmente, das doenças tropicais<sup>106</sup>.

As pesquisas dos membros da “Escola Tropicalista” são divulgadas duas vezes ao mês, nos dias 10 e 25, no meio acadêmico e ao público em geral. A revista é razão de orgulho de todos envolvidos com a “Escola Tropicalista”, mesmo passadas várias décadas. Assim, o médico tropicalista Antonio Pacífico Pereira,

---

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>105</sup> *Ibid.*

<sup>106</sup> *Ibid.*



lente e diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, entre o período de 1895 a 1898<sup>107</sup>, manifesta-se, no início do século XX, quanto ao periódico dizendo:

Abri as páginas da "Gazeta Médica da Bahia", desde 1866, e apreciai aí a influência que exerceram êstes homens na sua época, a orientação reta, sã e elevada que êles procuraram dar à sua classe; a dignidade e apurada correção com que exerciam o seu ministério e sobretudo o ardor com que se empenharam na propaganda dos bons princípios de moral, de justiça, de probidade científica e lealdade profissional, que êles impunham a si próprios como deveres inerentes ao exercício da profissão do médico <sup>108</sup>.

Os estudos, ensino e pesquisas sobre as ciências médicas se desenvolvem, principalmente, nos três hospitais existentes, onde trabalham os médicos baianos. Desde 1832, com a reforma no Hospital Militar e na Santa Casa da Misericórdia, e a partir de 1866, no recente Hospital Português<sup>109</sup>, que acolhe em suas instalações os doentes que estavam em residências. Entretanto, é na Santa Casa da Misericórdia, como vimos, que se realiza o atendimento público de saúde e desenvolvem-se as ciências médicas.

Ainda, conforme artigo do Dr. J. Remédios Monteiro, colaborador da Gazeta Médica, por volta de 1879, esse, a Santa Casa, é o principal Hospital da Província

---

<sup>107</sup> A partir da Lei de 03 de outubro de 1832, a Regência eleva o Collegio Médico à condição de Faculdade de Medicina da Bahia. Assim, a Instituição passa a ser administrada por "diretores nomeados" pelo Governo Imperial. Os documentos mostram que na academia desde 1808, quando foi criada por D. João VI, até 1828, não houve nenhum diretor nomeado pelo Imperador, embora esses mesmos documentos, mencionem alguns gestores nesse período, indicados pelo Governador da Província. Nossos estudos concluíram que o Lente Pacífico Pereira foi o 11<sup>o</sup>. Diretor da Faculdade de Medicina de 1895 a 1898 e o segundo entre os Tropicalistas. E o primeiro Tropicalista Diretor da Faculdade foi o Lente, Dr. Antonio Januário e Faria entre 1847 e 1881. Ainda, é importante, destacarmos que esses médicos fizeram sua formação na Bahia junto à Escola Tropicalista. *Ibid.*, 1898, p. 4 e 12 e Brasil, *Colleção de Leis do Brasil Império*, 1832, p.85.

<sup>108</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, fevereiro 1910, p. 343.

<sup>109</sup> A Real Sociedade Portuguesa de Beneficência inaugurou no dia 16 do corrente o seu hospital na presença das autoridades civis, militares e ecclesiasticas da província, grande numero de senhoras, e cidadãos de todas as classes. O numero dos leitos, contando o dos quartos particulares, é de 20, mas, pôde subir a 30 ou mais, sem inconveniente, em caso de necessidade. Localizado no Alto da colina do Bomfim, Bahia. *Gazeta Médica da Bahia*, I (6), 25 de Setembro de 1866.

Baiana. Ele menciona o funcionamento e administração desse Hospital, além de fazer denúncias quanto às condições de trabalhos impostos pelo governo. Vejamos:

Ha um facultativo interno que presta os primeiros socorros medicos na dos clinicos, e permanece no hospital durante todo o dia. a elle compete a distribuição dos enfermos pelas diversas enfermarias. Desde 1869 é medico interno o Dr. José Ignacio de Oliveira, com o ordenado de duzentos mil réis por mez. Coadjuvam-n'o dois alumnos internos. Cada medico encarregado de enfermaria tem cincoenta mil reis de ordenado por mez. O serviço clinico deste pio estabelecimento é feito pelos mais distinctos medicos desta cidade, pelo diminuto ordenado de cincoenta mil reis menses, o que muito honra a classe medica. Esta natureza de serviços nunca mereceu do governo a menor consideração, menor galardão, quando entretanto se condecora qualquer subdelegado batedor de chapa eleitoral. Em um paiz onde a camaradagem, os compromissos políticos, as aspirações soffregas e a influencia do poder tudo *subornam*, pervertendo os costumes e preterindo todas as noções do justo e do honesto, não é de admirar que não se olhe para esses médicos, que se votam ao allivio de tão grande numero de infelizes cidadãos, que não sabem discutir política na imprensa e que apenas se limitam a pagar, sem ruido nem ostentação, o seu tributo de amor, intelligencia e trabalho á sciencia, á pátria e á humanidade<sup>110</sup>.

Outro dado importante mencionado no artigo é o corpo de médicos em “exercício ou efetivos” na Santa Casa de Misericórdia entre eles o

tropicalista Dr. José Francisco da Silva Lima, o Conselheiro de Saúde da Província Dr. Antonio Januário de Faria e Barão de Itapoan.<sup>111</sup>

Ele, também, nos diz;

Ha uma enfermaria destinada á clinica cirúrgica e outra á clinica medica da Faculdade. Existem sempre em tratamento mais de 200 enfermos.<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, outubro de 1879, p. 30.

<sup>111</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, outubro de 1879, p. 31.

<sup>112</sup> *Ibid.*

Este ainda nos fala do movimento de trabalhadores no hospital:

Durante o anno compromissal findo em 30 de junho de 1877 o movimento foi o seguinte:

— Existiam 221 enfermos; entraram durante o anno 2691; sahiram 2099; falleceram 533; ficaram existindo 280. A mortalidade neste anno foi nas enfermarias de medicina 24,15%; nas de cirurgia 8,28%; no movimento geral..

Comparado com o do anno anterior o movimento geral foi menor, porquanto entraram 2761; sahiram 2205; falleceram 7; e ficaram 221..

Durante o anno compromissal de 1878 a 1879 entraram 3246 doentes; sahiram 2648; falleceram 656; ficaram em nento 242.<sup>113</sup>

Uma questão importante e fundamental para o autor do artigo é a mortalidade verificada em 1869 no hospital da Bahia, muito maior, se comparada ao que se verificava no hospital do Rio de Janeiro e no de Paris. Além de nos fornecer alguns números, ele os relaciona às condições de higiene, tendo como base os dados de hospitais parisienses. Considera, ainda, que os melhores resultados do Rio de Janeiro seriam devidos à atenção maior dada ao hospital instalado na sede da Corte. Mas, há ainda outras razões que o autor se apressa em enumerar:

O pobre na Bahia, por um vicio de educação, por ignorância ou pela antipathia á repressão e a ordem tem, regra geral, horror ao hospital.

De outro lado a índole compassiva da população burgueza e a profusão de médicos e de estudantes de medicina que Existem na cidade, concorre poderosamente para que o pobre encontre auxilio na caridade publica e professional. Do concurso destas duas causas resulta que a maioria dos doentes que procuram este hospital é constituída por aquelles a quem já os facultativos alludidos teem desenganado, isto é, moribundos, ou, de outro lado, por individuos atacados de moléstias agudas, mas que se acham já adiantadas em sua marcha, pelo desacertado emprego dos tradicionaes remédios caseiros. Recebendo doentes de moléstias chronicas incuráveis e de agudas já em caminho de terminação fatal, não deve causar admiração que a Misericórdia da Bahia offereça uma estatística tão desfavorável relativamente aos hospitaes de Pariz e da Corte. E a maior seria a proporção da mortalidade a registrar-se, em compensação, em verdade que diminuta, não se recolhessem ao hospital grande

---

<sup>113</sup> *Ibid.*

numero de marinheiros de todas as nações, que com a nossa entretém trafico marítimo, e de mulheres de vida publica, estas e aquelles affectados de moléstias simplesmente veneraes ou accentuadamente syphiliticas, mas cujo curativo é, na grande maioria dos casos, realizados com proveito.<sup>114</sup>

O autor dá ainda informações sobre especialidades praticadas na Santa Casa, enumerando, cirurgias de “ligaduras da carótida, subclavea, axillar, illiacas primitiva e externa, femural, cubital; desaticulações-escapulo humeral, do joelho, tibio-tarsiana; diversas ectomias; talhas; lithotricias pelas vias naturaes e pelo perineo; kelotomias; extirpação e enucleação do olho; thoracenteses; amputações; ablação da glândula mamaria”, além daquelas de partos difíceis.<sup>115</sup>

Os estudos desses documentos mostram que, ainda nesse período do século XIX, as instituições hospitalares, onde se desenvolvem as ciências médicas, são de caráter eclesiástico e de origem privada e, estão ligadas, normalmente, às Santas Casas da Misericórdia.

Como vimos os editores da *Gazeta Médica da Bahia*, consideram que “o periódico é editado dentro dos padrões das revistas científicas européias”<sup>116</sup>, além de contar-nos das instituições onde se desenvolvia a ciência médica na segunda metade do século XIX, registra, também, os estudos sobre doenças que atacavam a população brasileira e, em especial, a da Bahia, dando ainda atenção a outros fatores que poderiam levar à morte, como os ataques dos ofídios.<sup>117</sup> Também, descreve-nos as moléstias que mais afligem a classe pobre como a filaria em pacientes com “hipoemia intertropical”.<sup>118</sup> Há também doenças inéditas que atacam a população em geral e outras específicas que desenvolvem-se entre os escravos e

---

<sup>114</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, outubro de 1879, p. 31.

<sup>115</sup> *Ibid.*

<sup>116</sup> A revista em sua estrutura apresenta-se com introdução e divide-se em sessões; de trabalhos originais, de registro clínico, de excertos da imprensa médica estrangeira e de noticiário. Vide *Gazeta Médica da Bahia*, I (1), 10 de julho 1866, p. 1.

<sup>117</sup> *Ibid.* IV, números 76,77, 78, 79, e 80, 1869; *Ibid.*, I (17), 1967.

<sup>118</sup> Ver *Gazeta Médica da Bahia*, I (3), 10 de julho de 1866.

estas vão se constituir na preocupação de um grande número de médicos da “Escola Tropicalista”. A revista registra, ainda, relatos sobre pesquisas de doenças inéditas de outras partes, trata da prescrição de novos medicamentos, dá notícias sobre as pesquisas científicas do ‘velho mundo’, traz informações de periódicos estrangeiros e divulga congressos. Digno de atenção é o apoio desse periódico às causas sociais, tal como a luta pela abolição da escravatura e denúncias das condições da saúde do país. Desse modo, ao longo do nosso trabalho e de forma mais particular, a seguir, discutiremos, os trabalhos originais e idéias inovadoras dos médicos tropicalistas registradas na *Gazeta Médica da Bahia*.

## 2.2- Novos rumos da Ciência Médica na segunda metade do século XIX

As reformas da educação, ao nosso entender, mediada pelas circunstâncias historiográfica discutidas anteriormente, contribuíram para as mudanças no ensino das ciências naturais na Faculdade de Medicina da Bahia. Tais reformas ofereceram importantes colaborações para o desenvolvimento da ciência médicas no país. Entretanto, com o agravamento da saúde pública, devido às epidemias, muito se ouviu falar de trabalhos de médicos facultativos. Esses profissionais estão por toda província. No interior trabalham nos grandes engenhos e alguns são filhos dos donos de terras que foram estudar no exterior, ou contratados para trabalharem na zona rural.

Na capital baiana, particularmente, já, algum tempo, alguns profissionais independentes e opositores ao ensino Oficial de Medicina representado pelas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e pela Academia Imperial de Medicina, desenvolvem estudos inéditos. Conforme a *Gazeta Médica da Bahia* eles trabalham nos hospitais, em clínicas, residências, senzalas e/ou outros locais onde são chamados. Eles são, inicialmente, sete médicos, nomeados na *Gazeta Médica da Bahia*, textualmente, do seguinte modo:

Eram sete que fundaram [...] que tomaram posse da sessão [...]; o ilustre clínico contestador e pesquisador do corpo médico inglez John Ligertwood Paterson, o médico pesquisador alemão Otto Edward Henry Wucherer, Antonio Januário de Farias e Antonio José Alves então professores d'esta

faculdade, Ludgero Ferreira e os novos venerados e laureados confrades Drs. José Francisco da Silva Lima e Pires Caldas [...].<sup>119</sup>

Nesse sentido, aqui pedimos a atenção de nossos leitores para o seguinte esclarecimento. Os trabalhos dos quais temos notícias, até então, falam apenas de três desses médicos como membros do grupo tropicalista. No entanto, a *Gazeta Médica da Bahia* registra os sete citados anteriormente<sup>120</sup>. Deste modo, sem pretende, levantar outras questões, e conforme a *Gazeta Médica da Bahia*, somos inclinados a acreditar que, de fato, o grupo era composto por sete médicos, ao menos, reconhecidos inicialmente neste documento.

Seus trabalhos, pesquisas, ensino e assistência, destinados, de forma particular, aos pobres e escravos são objetos de discussões e críticas nas comunidades científicas em todo o império. Diferentemente da medicina praticada até então, eles fazem trabalhos inovadores, voltados para a realidade local, e buscam identificar doenças desconhecidas<sup>121</sup>. Assim para melhor conhecermos essa parte da história da ciência, no Brasil, primeiramente, discutiremos quem são esses médicos tropicalistas e, em seguida, como se forma o grupo para, por último, falar de seus opositores e de suas contribuições para a ciência, ou seja, seus estudos e pesquisas, tal como se seguem na *Gazeta Médica da Bahia*. Então vejamos uma parte desta história:

O Dr. John Ligertwood Paterson<sup>122</sup> de origem escocesa, graduou-se em medicina pela Universidade de Aberdeen, em 1841, e como cirurgião pelo Colégio

---

<sup>119</sup> Ver *Gazeta Médica da Bahia*, XXX (6), dezembro de 1898.

<sup>120</sup> *Ibid.*

<sup>121</sup> *Ibid.*, 1 (1), 1886, p. 3.

<sup>122</sup> Muda-se para a Bahia por volta de 1842, tendo antes trabalhado na Província da Paraíba. Nesse mesmo ano, registra seu título de médico na Prefeitura de Salvador. Aqui falece em 9 de dezembro de 1882. Antonio Caldas Coni, *A Escola Tropicalista Baiana*, p. 21.

Real dos Cirurgiões de Londres. Muda-se para o Brasil em 1842,<sup>123</sup> estimulado por seu irmão mais velho, também médico, Alexandre Ligertwood Paterson, que estabeleceu um consultório com a comunidade britânica em Salvador. Após a morte deste Paterson, herda o consultório onde desenvolve suas pesquisas. Realiza, também, visitas periódicas de estudos à Inglaterra e à Escócia. Em uma dessas viagens trabalha com o cirurgião inglês Joseph Lister em Edimburgo e estuda o método antisséptico.<sup>124</sup> De volta à Bahia, fortalece a visão de alguns médicos próximos e dá início à formação de seu grupo que, mesmo em formação, questiona os conhecimentos europeus quanto às doenças tropicais, assim na epidemia 1847 desenvolve os diagnósticos da febre amarela<sup>125</sup> e de cólera-morbo,<sup>126</sup> em 1855, na Bahia.

O Dr. Otto Edward Henry Wucherer,<sup>127</sup> nascido em Portugal, naturalizado brasileiro e de descendência luso-germânica, passa sua adolescência no Brasil e vai estudar medicina na Escola de Tübingen (Wurtemberg), graduando-se em 14 de dezembro de 1843.<sup>128</sup> Trabalha no St. Bartholomew's Hospital, em Londres, e também em Portugal e retorna ao Brasil em 1843, mora inicialmente, nas cidades de Cachoeira e Nazaré, no interior da Bahia.<sup>129</sup> Em 1847, transfere-se para Salvador e mantém relações importantes com parasitologistas, entre os quais o Dr. Wilhelm Griesinger, da Alemanha, que realiza pesquisas sobre esquistossomose

---

<sup>123</sup> *Ibid.*, pp. 21-23.

<sup>124</sup> Informações disponíveis no site <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>, acesso em 12 de janeiro de 2007.

<sup>125</sup> Esses trabalhos estão publicados na *Gazeta Médica da Bahia*, entre os anos de 1866 a 1868.

<sup>126</sup> As literaturas médicas e históricas relatam da primeira epidemia de febre amarela no Brasil nas Províncias de Pernambuco e em seguida na Bahia. Essa doença tornou-se calamidade pública em 1686 e 1694. Mas, novamente, a Bahia foi acometida pela doença em 1849 e 1855 e foi largamente divulgando pela imprensa médica. Ver *Gazeta Médica da Bahia*, XXIII (6), dezembro de 1891, pp. 241-243 e 289; e XXX (11), maio de 1899, p. 493.

<sup>127</sup> Registra seu diploma na Câmara da Bahia em 14 de novembro de 1849. Coni, *op. cit.* pp. 21-22 e *Ibid*, 15.

<sup>128</sup> Luciana Bastianelli, org. *Gazeta Médica da Bahia* (1866-1934 / 1966-1976), p. 14.

<sup>129</sup> *Ibid.*



(*Schistosoma hematobium*) no Egito.<sup>130</sup> Wucherer contribui para o trabalho de Griesinger, pesquisando o parasita esquistossoma na urina ensangüentada de pacientes com hematuria intertropical no Brasil.<sup>131</sup>

O Dr. Antonio Januário Farias, baiano, formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1845 e torna-se, posteriormente, professor de fisiologia e de clínica médica desta mesma instituição.<sup>132</sup> Também, exerce a função de diretor da Faculdade entre 1874 a 1881.<sup>133</sup>

O Dr. António José Alves, natural da Bahia, forma-se em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, torna-se médico cirurgião, e lente da cátedra de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina. Trabalha em várias frentes de epidemias e, particularmente, no combate a cólera em 1855.<sup>134</sup>

O Dr. Ludgero Rodrigues Ferreira, nascido na Bahia, gradua-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, torna-se médico clínico e desenvolve serviço de assistência médica à população baiana e é considerado um dos fundadores da *Gazeta Médica da Bahia*.<sup>135</sup>

O Dr. José Francisco da Silva Lima,<sup>136</sup> de origem portuguesa, desembarca na Bahia, aos quatorze anos de idade e naturaliza-se cidadão brasileiro. Faz seus estudos preparatórios em Salvador e entra para a Faculdade de Medicina da Bahia.<sup>137</sup> Gradua-se em 1851 e defende a “These Doutorial” intitulada, “*Dissertação*

---

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 27

<sup>131</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, III (57), 15 de dezembro de 1868.

<sup>132</sup> Luciana Bastianelli, org., *op. cit.* p.14.

<sup>133</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, 74, jan./jun. de 2004, p. 2.

<sup>134</sup> Investe seus bens na construção de um hospital, projeto que não conseguiu realizar, pai do poeta Castro Alves, Luciana Bastianelli, org. *Gazeta Médica da Bahia* (1866-1934 / 1966-1976), p.14.

<sup>135</sup> *Ibid.*

<sup>136</sup> Este pesquisador publicou cerca de 20 trabalhos sobre o beribéri sob o título de “Comunicação para História de uma Moléstia que Reina atualmente na Bahia, (1866-1868)”, *Gazeta Médica da Bahia*, 1866 a 1868. Também, traduziu para o português o Código de Ética da Associação Médica Americana. *Gazeta Médica da Bahia*, Brasiliensia Documenta, Vol. IX, Tomo I, p.11.

<sup>137</sup> Antonio Caldas Coni, *op. cit.*, p. 77.

*Filosófica e Crítica Acerca da Força Medicatriz da Natureza*” apresentada anteriormente.

A *Gazeta Médica* registra diversos estudos originais deste pesquisador, ele publica artigos, individualmente e/ou em co-participação com bastante frequência.

E o Dr. Manoel Maria Pires Caldas baiano, formou-se em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, tornou-se médico clínico e urologista e ensinou na da Santa Casa da Misericórdia da Bahia. Escreveu vários trabalhos na *Gazeta médica da Bahia*.<sup>138</sup>

Desse modo, considerando esses sete médicos facultativos, que trabalham na Bahia nesse período, podemos agora discorrer sobre a formação da chamada *Escola Tropicalista Baiana*, apontando para suas contribuições para a história da ciência.

A *Gazeta Médica*, em 1866, registra que, na Província Baiana, sete médicos fundam uma “*academia scientifica*”<sup>139</sup> ou, como eles se autodenominam, “*associação de médicos facultativos*”. No primeiro momento, Paterson e Wucherer trabalham juntos na Bahia, identificando doenças. Essas idéias inovadoras chamam atenção de outros cinco médicos que concordam com essa nova forma de compreensão da ciência nessas terras e vêm, em seguida, juntar-se a eles de modo a formar uma comunidade de estudos e pesquisas, tal como aponta o artigo de Dr. John L. Paterson, presidente dessa comunidade científica:

Em 1865 fundou-se nesta capital uma academia scientifica de nova espécie.

Foi uma associação de distintos facultativos, que convencionavam, duas

---

<sup>138</sup> *Ibid.*

<sup>139</sup> Esta expressão é utilizada em discurso proferido pelo médico Dr. Luiz Anselmo da Fonseca, ao se referir ao grupo de médicos surgido na Bahia em 1865 na *Gazeta Medica da Bahia*, XXX (6), dezembro de 1898.

vezes por mez, reunir-se a noite para practicar assumptos scientificos (...).<sup>140</sup>

Novamente, solicitamos a atenção dos nossos leitores para abrir outro parêntese e fazemos a seguinte consideração. A apresentação de parte do documento anterior revela-nos uma divergência em relação a outros trabalhos com essa temática, no que se refere ao ano de fundação da “Escola Tropicalista”. A maioria dos trabalhos sobre esse assunto afirma que este grupo de estudos científicos teria surgido em anos anteriores. Entretanto, seu presidente Dr. John Ligertwood Paterson nos diz que, ao menos por escrito no periódico, o grupo surge em 1865.

Dessa forma, sem pretender entrar em outros meandros, desfeito o equívoco histórico, mediante publicação na *Gazeta Médica*, podemos considerar a data apresentada, 1865, pelo líder do grupo como a mais provável.<sup>141</sup>

A Escola é fundada como vimos, imbuída de um espírito científico, propõe novas regras e normas de estudos e pesquisas a partir da realidade local. “Reúnem-se habitualmente para discutir assuntos de interesse clínico. Nessas reuniões debatem-se os casos de doenças da região ou, as chamadas doenças tropicais que acometem a população, como se apresentam para estudos essas e outras enfermidades”.<sup>142</sup> Diz o Dr. Pacífico Pereira na *Gazeta Médica da Bahia*.

[...] uma academia scientifica de nova espécie. “Effectuavam-se estas palestras à vez, ora em casa, ora na casa um d’elles [...]”<sup>143</sup>.

---

<sup>140</sup> *Ibid.*

<sup>141</sup> Vide *Gazeta Médica da Bahia*, XXX (6).

<sup>142</sup> *Ibid.*

<sup>143</sup> *Ibid.*

A Escola, em seus princípios, nasce sob os fundamentos da assistência pública e do atendimento às necessidades básicas de saúde da população pobre do país.

Ela é formada por médicos brasileiros e estrangeiros naturalizados radicados em Salvador em média há vinte anos. Alguns são médicos dos Hospitais da Santa Casa da Misericórdia,<sup>144</sup> Português e Militar, mas, em sua maior parte, são profissionais facultativos. Porém, mais tarde, tornaram-se médicos, professores e diretores da Faculdade de Medicina da Bahia.

Podemos dizer que os encontros de estudos e pesquisas realizados pelo grupo, para discutirem a realidade de saúde local, produzem, cada vez mais trabalhos inovadores. O grupo, então, resolve criar uma instituição de difusão de seus trabalhos e de educação em saúde. Assim, como já discutimos anteriormente, os médicos tropicalistas com outros colaboradores em 10 de julho de 1866 criam a *Gazeta Médica da Bahia*.

Apresentado, desse modo, quem são os tropicalistas e de que maneira a comunidade científica é formada, vejamos agora, na última parte deste nosso trabalho, os estudos inovadores e pesquisas originais desses médicos, publicados na *Gazeta Médica da Bahia*, bem como as críticas e os ataques recebidos de seus opositores.

O primeiro caso desses estudos nos remete a setembro de 1849 quando

ancora nessa província da Bahia, um navio americano que traz consigo a febre amarela, doenças que não se manifestava entre nós, em média, há 200

---

<sup>144</sup> Escreve o médico Joaquim dos Remédios Monteiro na *Gazeta Médica da Bahia*, médico clínico em Salvador. Eles eram médicos em exercício ou efetivos no Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Bahia. Além de seus objetivos assistencialistas, a Santa Casa da Bahia como a maioria das Santas Casas no Brasil, firmou-se também ao longo dos séculos como espaço de exercício e ensino da medicina. *Gazeta Médica da Bahia*, 9 (10), outubro de 1887.

anos. Assim, essa enfermidade logo se propaga à terra baiana e em seguida se espalha pelo país.<sup>145</sup> Nessa situação, considerando, os novos métodos de estudo e pesquisa, “Peterson, consegue, antes da medicina oficial, diagnosticar em doentes na Bahia a febre amarela e Wucherer confirma o diagnóstico pela autópsia.”<sup>146</sup>

Discordam, a princípio, os médicos das Faculdades de Medicina do parecer destes dois médicos, entretanto, a realidade, com a manifestação de casos da doença, veio dar-lhes inteira razão. Diante da epidemia, Wucherer acolheu esses doentes em sua sala de atendimento, na própria residência, e acabou, que não só estes morreram com sua mulher”.<sup>147</sup> Ele nos diz:

Fechei a minha casa, onde tinha uma enfermaria. Entraram lá vinte doentes de febre amarela e saíram vinte e um cadáveres, inclusive minha esposa.<sup>148</sup>

Um segundo exemplo dessa nova trilha, surge seis anos depois, em 1855, quando se abate, novamente, entre os baianos, a “Cólera-morbo”. Igualmente, Peterson e Wucherer, conseguem diagnosticar a doença, mas sofrem em consequência disso, veemente oposição da classe médica imperial.<sup>149</sup>

O terceiro caso nos mostra que esses médicos não se deixam abater, apesar das inúmeras dificuldades e conflitos. Wucherer, após retornar de uma das suas viagens de estudos à Alemanha e ter adquirido a prática do microscópio e a do escalpelo, utiliza-se de ambas para esclarecimentos de diagnósticos *in vita* e *post-*

---

<sup>145</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, XXIII (6), dezembro de 1891, pp. 241-249; e XXX (11), maio de 1899, pp. 485-494.

<sup>146</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, Brasiliensia Documenta, Tomo III, p. XIV.

<sup>147</sup> *Ibid.*

<sup>148</sup> *Ibid.*

<sup>149</sup> *Ibid.*

*mortem*. Assim, em julho de 1865, é chamado para atender, no Mosteiro de São Bento,

um escravo da Ordem, ainda moço, em estado desesperador: tratava-se de um caso de “opilação”<sup>150</sup> ou cansaço em última fase. Tão precário o estado do paciente que teme aplicar de imediato, o *leite de gameleira*,<sup>151</sup> medicamento, que eles mesmos preparam. Após estudo do caso, no dia seguinte, ao retornar àquele local encontra o paciente morto. Tendo obtido permissão para praticar a necropsopia, ao abrir o duodeno, encontra este órgão coalhado de minúsculos vermes, aderentes à mucosa, em meios de profundas hemorragias. Colhendo os animálculos e levando-os ao microscópio, verificou tratar-se de da espécie *Ancylostoma Duodenale*.<sup>152</sup>

Confirmava-se, pela primeira vez no Brasil, os achados de Dubini, em 1838 em Milão, e Griesinger no Egito em 1852.<sup>153</sup> Continuou Wucherer na pista do seu objeto de pesquisa (a opilação), doença crismada muito tempo antes de *hipoemia inter-tropical*,<sup>154</sup> pelo Conselheiro Jobim<sup>155</sup>, o qual a atribuía à má alimentação, sobretudo, ao consumo exagerado de amiláceos (farinha de mandioca) e da carne seca, bem como a más condições de higiene. Entretanto, por cinco vezes Wucherer identifica o *Ancylostoma Duodenale* presente em tais casos, e ausente em todos os outros tipos de anemia. Ele não tem mais dúvidas. Era o verme em apreço o mais provável causador da doença. Mas, ao divulgar este resultado, que é hoje universal,

---

<sup>150</sup> Segundo Wucherer, a “opilação” é o nome popular para designar a hipoemia ou ancilostomíase (verminose). A doença normalmente manifestava-se entre os escravos mais velhos. No caso em questão, causa surpresa devido a pouca idade desse escravo. Ver maior explicação na *Gazeta Médica da Bahia*, Brasiliensia Documenta, Tomo III, p. XV.

<sup>151</sup> O “Leite de Gameleira” é um dos medicamentos da região proposto e indicado pela Escola Tropicalista para cura das doenças. *Ibid.*

<sup>152</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, 37, 15 de janeiro de 1868.

<sup>153</sup> *Ibid.*

<sup>154</sup> Ver “Sobre a moléstia vulgarmente denominada oppilação ou cangaço”, *Gazeta Medica da Bahia*, I (3, 4 e 5), 1866.

<sup>155</sup> Médico, Conselheiro da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. “Discurso sobre as moléstias que mais afligem a classe pobre do Rio de Janeiro”. *Rio de Janeiro*, 1835, *apud Ibid.*

sofre Wucherer contestação de boa parte da classe médica brasileira, representada principalmente por membros da Academia Imperial de Medicina, como Jobim, Torres Homem e outros que se insurgem contra a opinião de Wucherer e chegam a propor moção contra ele, aprovada por maioria de votos em Sessão da Imperial Academia de Medicina, de 12 de agosto de 1867.<sup>156</sup> Firme em seu modo de pensar, alicerçado nas observações em cadáver, Wucherer retruca, dizendo só aceitar provas em contrário, baseadas em fatos concretos e não em simples argumentos sem base. E a razão se mostrou, mais tarde, estar a seu lado.<sup>157</sup>

O quarto exemplo, desses estudos inovadores, ainda, refere-se aos trabalhos de Wucherer. Ele desenvolve, estudos sobre as cobras venenosas no Brasil assim como a sua terapêutica. Ele afirma:

[...] As cobras venenosas cabe, portanto, lugar na zoologia médica. O número das cobras venenosas é, felizmente, pequeno, em relação ao número total das espécies. O Brasil possui perto de cem espécies de cobras descritas e classificadas, e d'estas apenas perto de uma dúzia são venenosas [...] as cobras no Brasil pertencem a duas famílias, as Crotalidas e Elapidas [...].<sup>158</sup>

Essas pesquisas e seus resultados suscitam debates na Corte, além das manifestações desfavoráveis das Faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro e, sobretudo, da Academia Imperial de Medicina.<sup>159</sup>

---

<sup>156</sup> Sessão da Imperial Academia de Medicina, de 12 de Agosto de 1867, *Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro*, 7 de outubro 1867, *apud Gazeta Médica da Bahia*, 37, 15 de Janeiro de 1868.

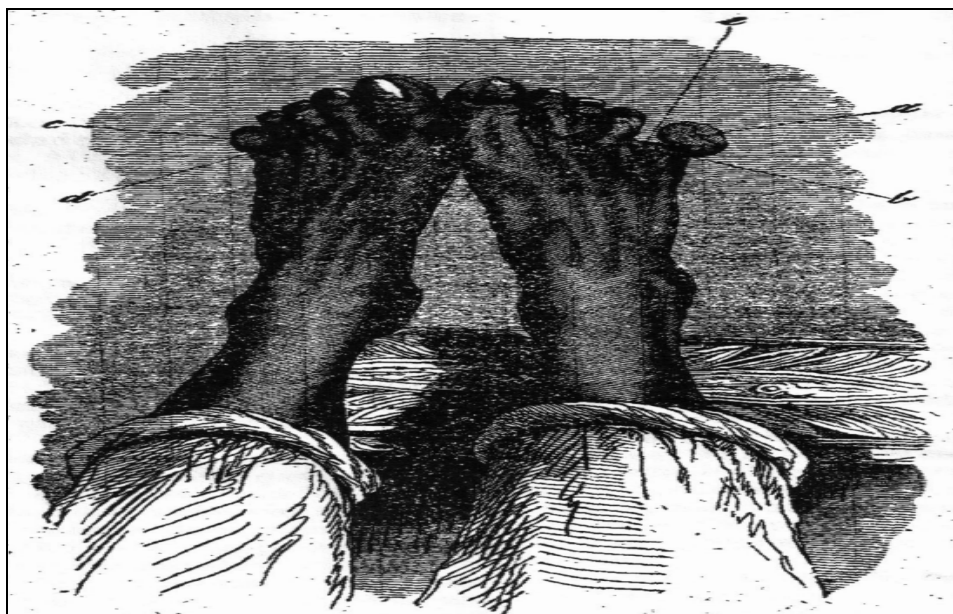
<sup>157</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, Brasiliensia Documenta, Tomo III, p. XV.

<sup>158</sup> A escola inicia série de estudos a partir da *Gazeta Médica da Bahia*, I (7), 10 de março de 1867.

<sup>159</sup> Seus principais opositores na Academia são os médicos José Martins da Cruz Jobim e João Vicente Torres Homem. Mas, posteriormente, as hipóteses formuladas sobre as causas da hematuria intertropical e hipoemia intertropical dos países quentes, são confirmadas com estudos de helmintologia no Brasil. Vide em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>, acesso em 12 de janeiro de 2007 e *Gazeta Médica da Bahia*, 1 (3, 4, 5, e 6), 1866.

O quinto caso, assim como os já apresentados, está fundamentado na realidade local. Essa visão de ciência não é compreendida nem aceita pelo ensino oficial. Dr. José Francisco da Silva Lima estuda as moléstias desconhecidas e peculiares aos escravos. Destacamos, assim, um desses estudos inéditos publicado na *Gazeta Médica da Bahia* em 10 de janeiro de 1867 sob a denominação “Estudo Sobre o - Anhum - Moléstia Ainda não Descripta, Peculiar à Raça Ethiopica, e Afectando os Dedos Mininos dos Pés”. Apresentamos abaixo partes do artigo com a fotografia que descreve essa enfermidade. Diz a *Gazeta* na voz desse pesquisador:

Entre as molestas a que são particularmente sujeitos os pretos, especialmente, os africanos, há uma que, pela uniformidade dos symptomas que a caracterizam, lenteza de marcha [...] relativos ás transformações e degeneração de tecidos, e perversão de nutrição. O Anhum:



[...] A degeneração accomette exclusivamente os dedos mínimos, e unicamente os dos pés: nunca a vi, nem me consta que alguém a visse em outros [...].



As causas da moléstia são inteiramente desconhecidas; parecem inherentes á alguma peculiaridade orgânica da raça ethiopica. [...]. Alguns doentes suppõem que a moléstia é devida á presença de um verme, asserção que até agora nada justifica.

[...] O *ainhum* começa por uma ligeira depressão um pouco menos que semi-circular, occupando as faces interna e inferior da raiz do dedo, coincidindo exactamente com a dobra digito-plantar, [...]

— Eis aqui como o Sr. Dr. Wucherer dá conta do resultado das suas averiguações:

"Os dedos affectados desta enfermidade perdem a sua configuração normal e convertem-se em corpos globosos, ou irregularmente ovóides, que estão presos ao pé apenas por um pediculo de pelle, e mais um pouco de tecido molle, do diâmetro de 10 a 11 millimetros. [...] resultam da amputação, tanto a do dedo como a do pé, [...]"

Examinados ao microscópio os diferentes tecidos [...].

A moléstia parece consistir em uma atrophia, ou degeneração adiposa das partes por falta de nutrição; será essa falta de nutrição effeito da constricção a que o dedo é sujeito?<sup>160</sup>

Por fim, apresentamos mais um exemplo, o sexto caso arrolado, não por falta de outros, mas por entendermos que os que são apresentados, sem desmerecer os demais que, também, estão na *Gazeta Médica da Bahia*, atendem o nosso propósito, no momento.

Assim, encontram-se, naquele periódico, objeto da nossa pesquisa, vários trabalhos de Dr. J. F. da Silva Lima. Escolhemos aquele intitulado: "Contribuições para a história de uma moléstia que reina actualmente na Bahia sob a forma epidêmica, e caracterizada por paralyisia, edema, e fraqueza geral". Vejamos o artigo, que diz:

---

<sup>160</sup> Em memória apresentada à *Societé de Medicine* de Paris, sob o título "Maladie de Silva Lima", o Professor Egás Moniz pediu a todos os dermatologistas que ratificassem e sancionassem essa nova denominação do "ainhum", em homenagem ao sábio luso-brasileiro que o estudou primeiro; Coni, *op. cit.*, p. 76; *Gazeta Médica da Bahia*, I (13), 10 de Janeiro de 1867.

Há alguns annos que tem observado n'esta cidade uma moléstia singular, e extremamente grave, [...] ou que passava desapercibida dos práticos, confundida com outra affecções conhecidas [...]. Esta epidemia tem grassado [...] por toda população [...] e escravos. Tendo observado numerosos casos [...] resolvi publicitar os resultados dos meus estudos [...]. Procurei decrever o mais accuradamente possível a pfsiognomia pathologica e compara com o que há de conhecido [...]. O meu fim não é outro senão chamar atenção dos nossos colegas [...] desta e de outras províncias para estudo dessa epidemia. Em fins de 1863, e princípio de 1864, tive occasião de observar três casos de paralytia, tão parecidos em symptomas, na marcha, e até na ordem em os mesmos syntomas se succederam, que fizeram iipressão ao meu espírito, e também no dos collegas que comigo virem [...].<sup>161</sup>

Ele relata o estudo do caso de forma detalhada. Aqui apenas fazemos algumas citações:

[...] uma viúva de 50 annos do Recôncavo; veio trabalhar à cidade, por ter lhe aparecido dores primeiro nos membros inferiores, depois fraqueza muscular [...] em seguida vômitos, tonturas de cabeça [...], tonturas de cabeça [...], inchaço, etc. Por fim, a paralytia de pernas [...] e febre [...] E compara com outros e diz: Outros collegas, também relatam casos semelhantes. [...] o tratamento formulado por mim [...] consiste em purgativo, sulphate de quinina;strychnina, linimentos estimulantes, e vesicatorios ente as espáduas. [...].<sup>162</sup>

Dentre os estudos de Dr. J. F. da Silva Lima destacam-se essas pesquisas sobre o “beribéri”.<sup>163</sup> Assim, vários estudos sobre essa enfermidade são desenvolvidos e publicados na *Gazeta Médica da Bahia*. Este pesquisador faz

---

<sup>161</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, 10, 25 de novembro de 1866, pp. 110-111.

<sup>162</sup> *Ibid.*, pp. 110-111.

<sup>163</sup> A *Gazeta Médica da Bahia* publica cerca de 20 estudos sobre essa doença, todos eles intitulados de “Ensaio sobre o Beribéri no Brasil”. Ver *Gazeta Médica da Bahia* de 1866 a 1868.

constantes viagens aos centros de pesquisas europeus e mantém a comunidade médica local informada sobre os avanços das ciências medicinais.

Não obstante à oposição da medicina oficial, particularmente, da Academia Imperial de Medicina, os médicos tropicalistas trabalham incansavelmente e realizam estudos, tanto no Brasil, como em centros de investigação no velho mundo, e contribuem para o desenvolvimento das ciências. Entretanto, são processados por seu modo diferente de pensar e fazer ciências, focada na realidade, alicerçados em observações e estudos de casos, tanto em pacientes vivos, como em cadáveres.

Desse modo, os casos aqui discutidos e outros documentados na *Gazeta Médica da Bahia*, por ora, parecem ser suficientes para demonstrar as novas trilhas abertas da história da ciência médica no Brasil, particularmente, na Bahia da segunda metade ao final do século XIX, pela “Escola Tropicalista Baiana”.

## Conclusão

Compreendemos que a história das ciências no Brasil encontra-se imbricada em questões de transformações de ordem política, religiosa, econômica, social, legislativa e de ensino devido à transferência para essas terras da Capital do Reino Portugal-Brasil-Algarve.

A Faculdade de Medicina da Bahia, desde sua criação por D. João VI, passa por diversas transformações para se adequar à política do país e atender às necessidades de cada momento. Influenciada pelas novas idéias nos campos político e científico mudam-se os fundamentos filosófico, de ciência, e de ensino e criam-se espaços para o desenvolvimento dos novos conhecimentos e de pesquisas originais.

As reformas do ensino e as novas visões de ciência médicas, por seu modo, contribuem para a melhoria da saúde pública do país.

Os estudos – *Theses* – defendidos pelos médicos têm, por objetivo, muitas vezes, apresentar o conhecimento da realidade local no campo da saúde pública.

Concorre para essas mudanças a “Escola Tropicalista Baiana” que representa, possivelmente, o novo saber científico do século XIX. Mudam-se a compreensão de ciência com a criação de uma comunidade científica com propostas e métodos definidos, realizam-se estudos e pesquisas voltadas para as doenças tropicais que acometem a população do país, estabelece-se um novo modelo de

estudos para as ciências médicas, estimula-se a presença de doentes nas reuniões de estudos da comunidade, elaboram-se regras de observações da natureza e, também, uma linguagem específica, para atender as necessidades de compreensão das enfermidades no Brasil. Em termos políticos, desvincula-se a pesquisa e o ensino das instituições privadas e religiosa e, ainda, divulgam-se os resultados dos estudos realizados quinzenalmente no periódico de circulação nacional e internacional, a *Gazeta Médica da Bahia*, para informar à sociedade brasileira e às comunidades científicas local e estrangeira sobre o desenvolvimento das pesquisas da região.

Os estudos originais da comunidade, bem como a sua visão inovadora de fazer ciência, são publicados, a partir de 1866, na revista a *Gazeta Médica da Bahia* que, por um lado, combate da idéias dominante em ciência e, por outro, influencia e aponta um novo caminho para a medicina local.

A “Escola Tropicalista Baiana” representa essa nova fase da medicina brasileira, pois se diz de um de seus fundadores que:

A observação de Wucherer não foi do número desses acasos felizes que tantas vezes conduzem à descobertas importantes; pelo contrário, teve tôdas as condições científicas. Partindo de uma hipótese baseada sôbre a analogia a um fato novo.<sup>164</sup>

Os tropicalistas contribuem para a reformulação do modelo até então aceito da classificação de doenças brasileira, questionando os conhecimentos europeus sobre as questões de saúde pública no Brasil. Além disso, criticam o determinismo racial e climatológico e a idéia de que os habitantes dos trópicos degeneram irreversivelmente. Ao contrário de uma parte da Europa que defende a idéia de que a

---

<sup>164</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, fevereiro de 1907, p. 347.

maioria das doenças é universal, mas que a umidade e o calor as exacerbam, assim como as particularizam. Costumam associar as doenças nos trópicos à pobreza, má nutrição, falta de saneamento, e às más condições de vida dos escravos“<sup>165</sup>.

A “Escola Tropicalista” desenvolve estudos sobre a *ancilostomíase*, a *filariose*, *elefantíase*, o *ainhum*; alteração nos dedos do pé, contribuindo para promover debates sobre parasitologia e outras doenças, como o *beribéri*, a *tuberculose*, a *lepra*, *dracunculose* e o *maculo*, *diarréia*, que acometem população e os escravos. Além disso, realizam estudos sobre as espécies de cobras existentes no Brasil.<sup>166</sup>

As investigações realizadas por essa comunidade científica tomam por base a realidade local e contrapõem-se, desse modo, ao ensino médico oficial, representado pela Faculdade de Medicina da Bahia e pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e pela Academia de Medicina Imperial;<sup>167</sup> esta última criada para desenvolver o projeto de mudanças do ensino de medicina com fundamentação na teoria miasmática, pressupondo que o solo produzia emanções causadoras de doenças que acometiam as populações para, assim, explicar a etiologia das doenças na prática médica local, desvinculada das singularidades da realidade brasileira.<sup>168</sup>

A “Escola Tropicalista” questiona e rejeita a tradição do ensino e da prática médica oficial baseada na reprodução do saber médico, desvinculado das peculiaridades, especificidades e contexto historiográfico e realidade brasileira.

---

<sup>165</sup> *Ibid.*

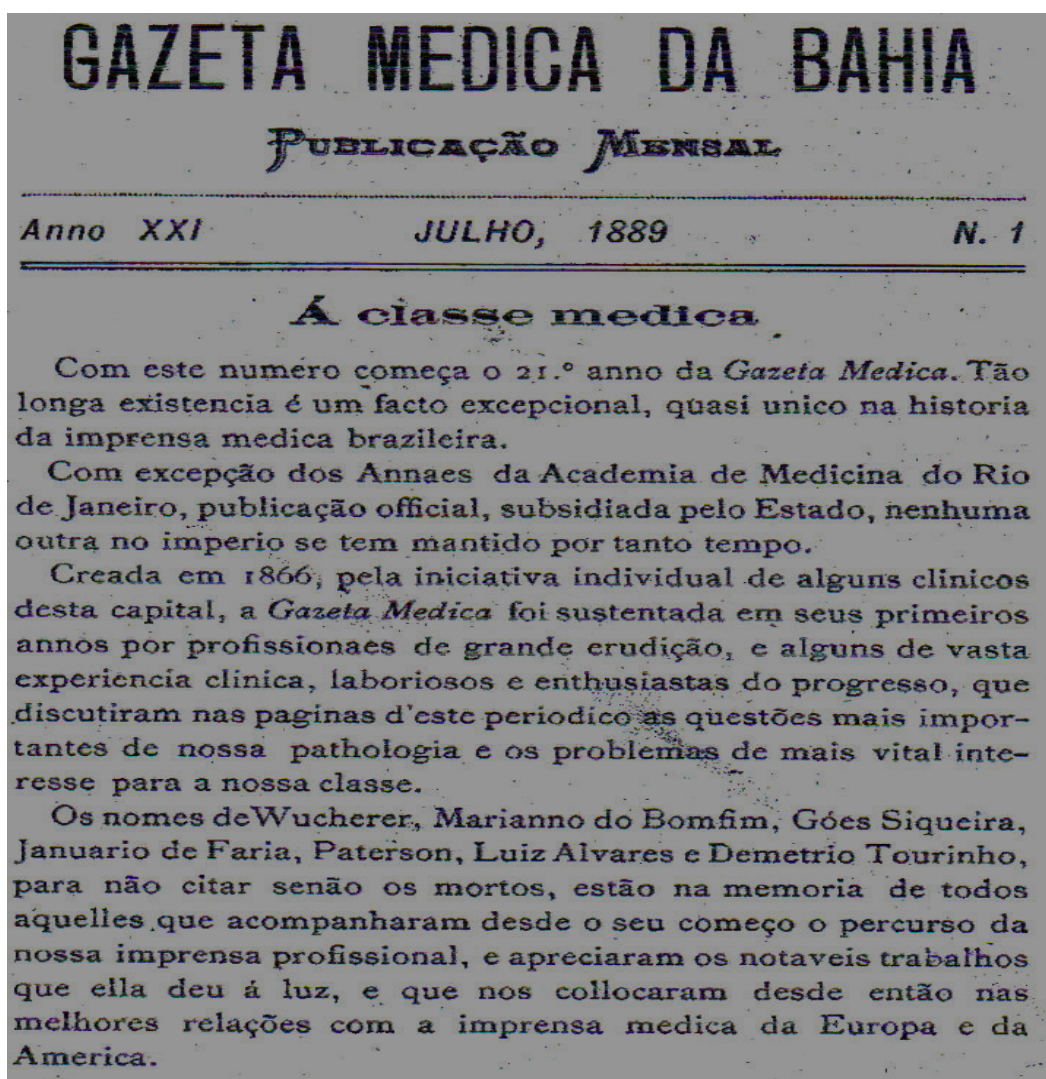
<sup>166</sup> *Ibid.*

<sup>167</sup> Sessão da Imperial Academia de Medicina, 12 de agosto de 1867, *Jornal do Comercio do Rio de Janeiro*, 7 de outubro de 1867, p. 2, *apud* Coni, *op. cit.*, p. 81.

<sup>168</sup> *Ibid.*

Neste sentido, pensamos ter mostrado que os inúmeros trabalhos discutidos em nosso estudo apontam para um novo rumo das ciências médicas, notadamente no que se relaciona às pesquisas em patologia.<sup>169</sup>

Assim, esses exemplos aqui discutidos, e tantos outros não arrolados, são contribuições da *Escola Tropicalista Baiana*, no campo científico, registradas, particularmente, na



Primeira página da edição da *Gazeta Médica da Bahia* de 1889

170

e traz à luz a importância dessa comunidade para a história da ciência no Brasil.

<sup>169</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, 10 de julho de 1866, vide os números, 3, 4, 5, 6; e *Gazeta Médica da Bahia*, 15 de dezembro de 1868, vide número 57; e *Gazeta Médica da Bahia*, 15 de novembro de 1869, vide números, 76, 77, 78, 79 e 80.

<sup>170</sup> Em seu 21º. Ano a *Gazeta Médica da Bahia*, como podemos observar, acima, registra, informa e conferi credibilidade a esse percurso da história da ciência, 1866 a 1889, que procuramos trilhar nesse estudo. *Gazeta Médica da Bahia*, julho de 1889, Anno XXI, número I, p.1.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALFONSO-GOLDFARB, A. M. & M. H. R. Beltran, orgs. *Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo, Educ/Fapesp, 2004.
- BAPTISTA, J., M. *A Idéia de Progresso em Thomas Kuhn, no contexto da Nova Filosofia da Ciência*. Porto, Afrontamento, 1996.
- BARROS, Pedro M. "Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana". *Manguinhos*, 3 (nov. 1997/fev. 1998): 411-459.
- BRASIL. *Colleção de Leis do Brasil Império*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1808-1891.
- BRASIL. *Colleção de Leis do Brasil Império*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1832.
- BRAZ DO AMARAL. *História da Bahia do Império à República*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- Cadeira de Cirurgião Dentista, século XIX. Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte, MG, 2008.
- CANGUILHEM, Georges. *Ideologia e Racionalidade nas ciências da vida*. Lisboa, Edições 70, [s.d.].
- CASTAÑEDA, L. A. "Apontamento historiográfico sobre a fundamentação biológica da eugenia". *Episteme*, 5 (1998): 23-28.
- Carta de Autorização do Prático de Sangria. Escravo Vicente, Preto de Angola, em 1º de setembro de 1820. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
- Carta do Governador da Bahia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, 69 ([s.d.]): 213-251. Arquivo Público da Bahia, pp. 24-27
- Carta Régia de 29 de dezembro de 1815. *Arquivo do Instituto Bahiano de História da Medicina*, vol. I, pp. 44-45.
- Carta Régia de 18 de fevereiro de 1808. Brasil, *Colleção das Leis do Brasil (1808 - 1820)*. Arquivo Público da Bahia.
- Carta Régia de 18 de fevereiro de 1808. Brasil, *Colleção das Leis do Brasil (1808)*. Arquivo Público da Bahia.
- Carta Régia de 29 de dezembro de 1815, 10º. Plano de Ensino. Brasil, *Colleção das Leis do Brasil (1815)*. Arquivo Público da Bahia



- Carta Régia de 29 de dezembro de 1815. Brasil, *Collecção das Leis do Brasil* (1817). Arquivo Público da Bahia
- Carta Régia de 28 de janeiro de 1817. Brasil. *Collecção das Leis do Brasil* (1817). Arquivo Público da Bahia.
- Carta Régia de 1832. Brasil. *Collecção das Leis do Brasil* (1832). Arquivo Público da Bahia.
- Guia do Império. Arquivo Público do Estado da Bahia, seção de arquivo Colonial e Provincial, moço 3728, Livro 834-838.
- CONI, A. C. *A Escola Tropicalista Baiana*. Bahia, Progresso, 1952
- COSTA, N. C. *O conhecimento científico*. São Paulo, Discurso/FAPESP, 1997.
- DEBUS, A. G. “A Ciência e as humanidades: a função renovadora da indagação histórica”. *Revista da Sociedade Brasileira da História da Ciência*, 5 (jan/jun. 1991): 3-13.
- EDLER, F. C. “A constituição da Medicina Tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica”. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IMS-Uerj, 1999.
- \_\_\_\_\_. “A Escola tropicalista baiana: um mito de origem na medicina tropical no Brasil”. *Manguinhos*, 2 (jul/out. 1996): 284-99.
- FERRAZ, M. H. M. “Ciência – Química”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 416, (2002): 275-281.
- \_\_\_\_\_. *As Ciências em Portugal e no Brasil (1772 – 1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 1997.
- Gazeta Médica da Bahia*, 1 (10 de julho de 1866): 2 e 3. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 1 (10 de julho de 1866):12. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 3-6 e 57 (10 de julho de 1866): 97-99. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 2 (25 de julho de 1866): 24. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 2 (25 de julho de 1866): 13-14. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 3-6 e 57 (10 de agosto de 1866): 97-99. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 6 (25 de setembro de 1866): 61. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 6 (25 de setembro de 1866): 62. CESIMA.

- Gazeta Médica da Bahia*, 10 (25 de novembro de 1866):110-113. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 12 (25 de dezembro de 1866): 133. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 13 (10 de janeiro de 1867):145-149. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 37 (10 de janeiro de 1868). CESIMA,.
- Gazeta Médica da Bahia*, XXX (6, 10 de janeiro de 1868). CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, III (15 de dezembro de 1868). CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 11 (10 de março de 1899): 486 e 491-494. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 10 (25 de setembro/novembro de 1869): 76-80. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, (25 de outubro de 1881): 264. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 6 (dezembro de 1881): 241-249. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, 11 (10 de maio de 1889): 482-486. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, XXI (julho de 1889):1. CESIMA.
- Gazeta Médica da Bahia*, (fevereiro de 1910): 343. Bahia. Memorial de Medicina da UFBA.
- Gazeta Médica da Bahia*. Org. de L. Bastianelli. Salvador, Contexto, 2001, 2 CDRoms.
- Gazeta Médica da Bahia*. Org. de D. E. Falcão. *Brasiliensia documenta*, Tomo I (jul.1866/jun.1867). São Paulo, 1924.
- Gazeta Médica da Bahia*. Org. de D. E. Falcão. *Brasiliensia documenta*, Tomo II (jul.1867/jun.1868). São Paulo, 1924.
- Gazeta Médica da Bahia*. Org. de D. E. Falcão. *Brasiliensia documenta*, Tomo III, (jul.1868/jun.1869). São Paulo,1925.
- Gazeta Médica da Bahia*, (janeiro/junho 2004): 9-101. Bahia. Memorial de Medicina da UFBA.
- Gazeta Médica da Bahia*, IX (10, 15 de outubro de 1879). Bahia, Memorial de Medicina da UFBA.
- HEIZER, A. & A. A. P. Videira, orgs. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Access, 2001.
- KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Trad. Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. 8ª. São Paulo, Perspectiva, 2003.

MAIO, C. M. "A medicina de Nina Rodrigues: análise de uma trajetória científica". *Caderno de Saúde Pública*, 11 (2, abril/junho 1995): 226-237.

MATOS, K. F. de O. "A Química na Bahia: Da Faculdade de Medicina a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (1889 – 1950)". Dissertação de mestrado. São Paulo, PUCSP, 2006.

MARTINS, R. A. "O que é ciência, do ponto de vista da epistemologia?" *Caderno de Metodologia e Técnica de Pesquisa*, 9 (1999): 5-20.

\_\_\_\_\_. "Que tipo de história da ciência esperamos ter nas próximas décadas?" *Episteme*, 10 (jan./jun. 2000): 39-59.

NAVA, P. *Capítulos da História da Medicina no Brasil*. [Paraná], EDUEL, 2003.

## **PORTAL**

[http://<www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br), acessado em 12 de janeiro 2007.

[http://<www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br), acessado em 01 maio 2007.

[http://<www.anm.org.br>](http://www.anm.org.br), acessado em 23 de maio de 2007.

[http://<www.medicina/ufba/br>](http://www.medicina/ufba/br) acessado em 20 de julho de 2007.

[http://<www.turismoresponsavel.tur.br>](http://www.turismoresponsavel.tur.br), acessado em 08 de agosto de 2007.

[http://<www.medicina/ufba/br>](http://www.medicina/ufba/br), acessado em 20 de outubro de 2007.

## **LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO INICIAL**

ALFONSO-GOLDFARB, A. M. & C. A. Maia, orgs. *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro/São Paulo, Expressão e Cultura/Edusp, 1995.

\_\_\_\_\_. & M. H. M Ferraz. "As possíveis origens da Química Moderna". *Química Nova*, São Paulo, 1(1993): 63-68.

BOARINI, M. L. *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Marigá, Eduem, 2003.

CAMARGO, Jr., K. R. "Paradigmas, ciência e saber médico". *Série Estudos em saúde Coletiva*, 6 (1992): 29-42.

*Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>), 16 agosto, 2006.

FERRAZ, H. M. & A. M. Alfonso-Goldfarb. “Raízes históricas da difícil equação institucional da ciência no Brasil”. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 3 (2002): 3-14.

FERRAZ, H. M., A. M. Alfonso-Goldfarb, & J. L. Goldfarb, orgs. *Anais do V Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo, Sociedade Brasileira de História da Ciência, 1998, pp. 390.

\_\_\_\_\_. *Anais do VII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia e da VII Reunião da Rede de Intercâmbios para a História e a Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas*. São Paulo, Edusp/Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2000.

JACOBINA, R. R. “O paradigma da epistemologia histórica: a contribuição de Thomas Kuhn”. *Manguinhos*, 3, (nov.1999-fev. 2000): 609-630.

LAKATOS, I & A. Musgrave, orgs. *A Crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Cultrix, 1979.

MAIO, C. M. & R. V. Santos. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.

MONTELEONE, P. “Os cinco problemas da eugenia brasileira”. Tese de doutorado. São Paulo, Faculdade de Medicina de São Paulo, 1929.

MARQUES, V. B. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, Unicamp, 1994.

MARTINS, L. A.-C. P. “História da ciência: objetos, métodos e problemas”. *Ciência & Educação*, 2 (2005): 305-317.

PEARL, J. G. *The tropicalista school of medicine of Bahia, 1860-1889*. Columbia, UMI, 1990.

SANTOS, L. C. *História Geral da Medicina Brasileira*. 2ª, São Paulo, EDUSP, 1991.

## **COMPLEMENTO DA BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ACEVES PASTRANA, P., org. *Química, botânica y farmácia em la Nueva Espana a finalis del siglo XVIII*. México D.F., Universidade Autônoma Metropolitana, 1993.

ARQUIVOS DO INSTITUTO BAHIANO DE HISTÓRIA DA MEDICINA (Vol. I), Salvador, Imprensa Oficial, 1949.

- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção de Microfilmagem, caixa n.º. 53 – DOE n.º. 10.067-10.068.
- AZEVEDO, F. de. “As Ciências no Brasil”. In: *A Cultura Brasileira*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963.
- FALCÃO, C. E. “As contribuições originais da Escola Tropicalista Baiana”. *Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. 2º Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Comissão de História Científica, 1984.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1990.
- PEREIRA, P. “A tradição histórica da Faculdade de Medicina da Bahia é um traço é um traço luminoso e indelével de patriotismo desde sua fundação até nossos dias”. *Bahia Ilustrada*, II (3): 7-8.
- PEIXOTO, A. *Breviário da Bahia*. [Bahia], AGIR, 1945.
- REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- RIBEIRO, M. A. P. *A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas (1854-1924)*. Salvador, Editora da UFBA, 1997.
- SALLES, P. *História da Medicina no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte, COOPEMED, 2004.
- SODRÉ, N. W. *Formação Histórica do Brasil*. 14ª ed. Rio de Janeiro, Grapfia, 2002.
- \_\_\_\_\_. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.
- STEPHANOU, M. & e M. H. C. Bastos, orgs. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Petropolis, Vozes, 2005, vol. II.
- Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia (1862-1867). In: FILHO SOUZA, A. J. *O Ensino da Clínica obstetrícia na Universidade da Bahia*. Salvador, EDUFBA, 1967.
- Memórias da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus (1943- 1995). In: TEIXEIRA, R. 3ª ed. [Bahia], Edufba, 2001.
- Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia (1924). In: ARAGÃO, G. M. S. Brasília, Ministério da Educação e Saúde, 1940.
- Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia (1808-1946). In: TORRES, O. Salvador, Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, 69 (1964): 213-252.

- TEIXEIRA, E. S. "A influência de uma abordagem contextual nas concepções sobre a natureza da ciência: Um estudo de caso com estudantes de física da UEFS". Dissertação de Mestrado, Salvador, DFF/UFBA/UEFS, 2003.
- TAVARES, L. H. D. *História da Bahia*. 10ª ed. São Paulo, UNESP/ EDUFBA, 2001.
- TORRES, O. *Esboço histórico dos acontecimentos mais importantes da vida da Faculdade de Medicina da Bahia (1808-1946)*. Salvador, Imprensa Vitória, 1946.
- VALLE, J. R. "Subsídios para a história da Gazeta Médica da Bahia". In: *Brasilensia Documenta, Gazeta Médica da Bahia*, I (jul.1866/jun.1867). São Paulo, Departamento de Bioquímica e Farmacologia da Escola Paulista de Medicina, 1974.

## **Anexos**

## **ARTIGOS DA GAZETA MÉDICA DA BAHIA**



## ESTUDO SOBRE O - « AINHUM » - MOLÉSTIA AINDA NÃO DESCRIPTA, PECULIAR Á RAÇA ETHIOPICA, E AFFECTANDO OS DEDOS MÍNIMOS DOS PÉS

Pelo Dr. J.F. da Silva Lima, Medico do Hospital da Caridade

Entre as moléstias a que são mais particularmente sujeitos os pretos, especialmente os africanos, ha uma que, pela uniformidade dos symptomas que a caracterizam, lenteza de marcha, e invariabilidade de sede e terminação, merece ser conhecida dos pathologistas em geral, e especialmente d'aquelles que se occupam dos estudos relativos ás transformações e degeneração de tecidos, e perversão de nutrição.

Esta affecção, posto que extraordinária em mais de um sentido, nada tem de grave quanto á saúde geral do individuo que a soffre: os seus effeitos não se extendem alem do órgão accomettido, e este é o dedo mínimo do pé; é talvez por esta razão que ella não attraheu ainda, entre nós, a attenção dos práticos como entidade mórbida distincta, e também porque muitos dos individuos que a soffrem nem sempre recorrem ao cirurgião, preferindo.ou deixal-a ir seu curso natural, até terminar na infallivel perda do órgão, ou entregar-se aos cuidados de curandeiros, seus conterrâneos, entre os quaes alguns são, por assim dizer, cirurgiões *especialistas* d'esta affecção, e antecipam a mutilação que o seu progresso ha de trazer inevitavelmente no futuro.

Não tem esta moléstia denominação alguma especial em portuguez que eu conheça; os pretos *Nagôs* chamam-lhe *ainhum*, e vertem o vocábulo *em frieira*, que está muito longe de dar a mínima ideia do mal, e que designa em nossa língua cousa muito diversa. Alguns médicos tem extendido a esta affecção o nome de *quigila*, corrupção, creio eu, de quizilia, com que os pretos e o vulgo designam uma doença muito diversa, como adiante mostrarei. Prefiro, portanto, conservar-lhe o nome africano *ainhum* que, segundo ouvi a alguns pretos mais intelligentes, quer *dizer—serrar*, não só por que não existe, nem eu posso dar-lhe outro melhor, como, principalmente, porque são quasi exclusivamente os pretos africanos os que até agora se tem visto soffrer de tão singular padecimento, é que o conhecem por uma denominação especial. A moléstia de que me proponho dar uma breve descripção parece consistir em uma degeneração gordurosa lenta e progressiva dos dedos mínimos dos pés, comprehendendo quasi todos os seus elementos anatómicos, em toda a extensão d'aquelles órgãos para alem da dobra digito-plantar, e produzindo inevitavelmente a sua cahida em um período mais ou menos longo.

Esta affecção é assaz frequente; quem se der ao trabalho de reparar nos pés dos pretos africanos nos logares públicos onde elles se reúnem, encontrará alguns á quem faltam ou um ou ambos os dedos mínimos dos pés; e algumas vezes é chamado o facultativo a amputar estes appendices em período já adiantado da moléstia.

A degeneração accommette exclusivamente os dedos mínimos, e unicamente os dos pés: nunca a vi, nem me consta que alguém a visse em outros; nunca foi observada, que eu saiba, senão em pretos africanos, rara vez em creoulos; n'estes últimos apenas conheço um exemplo, e sei que existem alguns poucos mais; as pretas parecem menos sujeitas do que os pretos a esta affecção; ao menos na minha pratica nunca tive occasião de observar a moléstia em nenhuma; lembra-me, porem, de ter ouvido o Sr. Dr. Paterson referir um caso em que praticara, em uma rapariga, sem se recordar se era africana ou creoula, a amputação de um d'aquelles dedos affectado do *ainhum*, e o Sr. Dr. Faria teve também um caso d'esta moléstia em uma preta creoula, a quem fez a excisão do dedo.

As causas da moléstia são inteiramente desconhecidas; parecem inherentes á alguma peculiaridade orgânica da raça ethiopica. Tenho ouvido á pretos africanos que, no seu paiz, tanto os homens como as mulheres são sujeitos a soffrer d'esta affecção, que começa por *uma frieira*, espécie de rego mais ou menos approximadamente circular, e ás vezes excoriado, em roda do dedo. Julguei por algum tempo que o mal proviesse de andarem os africanos escravos ordinariamente descalços; mas vi depois que os libertos, que usam quasi sempre de calçado, soffrem igualmente como os outros, e o preto creoulo a que acima alludi, e que se acha actualmente, por outra affecção, no serviço a meu cargo no hospital da Caridade, nasceu livre, e sempre andou calçado; alem d'isso, a ser essa a causa, não haveria razão para soffrerem, nem exclusivamente os dedos mínimos, nem exclusivamente a raça africana. Uma outra causa, que ouvi mencionar a um distincto collega, é ainda menos sustentável, isto é, que os escravos estrangulam de propósito os dedos para se isentarem do trabalho; porem, não só os livres, que teem todo o interesse em trabalhar, soffrem do mesmo mal, como não haveria ainda razão para ser preferido sempre o mesmo dedo; este modo de pensar do collega provem, creio eu, de que alguns pretos, com o fim de apressarem a queda do dedo affectado, que lhes occasiona dores ao menor contacto com qualquer objecto durante a marcha, amarraram-lhe um fio na base, isto é, ao nivel da dobra digito-plantar. Alguns doentes suppõem que a moléstia é devida á presença de um verme, asserção que até agora nada justifica.

As condições hygienicas em que elles vivem, e os trabalhos em que se empregam não parecem ter influencia alguma no apparecimento da moléstia. Fica, portanto, ainda

envolvida em profundo mysterio a etiologia d'esta degeneração, com a de muitas outras que as mais minuciosas investigações não poderam ainda descortinar.

O *ainhum* começa por uma ligeira depressão um pouco menos que semi-circular, occupando as faces interna e inferior da raiz do dedo, coincidindo exactamente com a dobra digito-plantar, sem ulceração permanente, nem dor intensa, nem phenomeno algum inflammatorio, e a que o doente não dá a mínima attenção. O dedo vae-se pouco a pouco minha disposição os seus conhecimentos histológicos, e a sua practica em matéria de estudos microscópicos, ainda tão pouco vulgarizados entre nós, dando assim a esta parte do meu humilde trabalho uma importância que elle, sem o seu valioso auxilio, não poderia ter.

O illustrado collega fez as suas apreciaveis investigações não só sobre o dedo do doente da observação 2." -, que era, por assim dizer, o typo genuíno da moléstia, como também, para estudo comparativo, sobre vários outros dedos affectados do mesmo mal, ou sãos, afim de chegar ao conhecimento de quaes são os elementos anatómicos alterados, e em que essas alterações consistem. Alem disso as suas observações não são filhas de um exame ligeiro e occasional; são baseadas também nas lições da experiência clinica própria.

— Eis aqui como o Sr. Dr. Wucherer dá conta do resultado das suas averiguações:

"Os dedos affectados desta enfermidade perdem a sua configuração normal e convertem-se em corpos globosos, ou irregularmente ovóides, que estão presos ao pé apenas por um pediculo de pelle, e mais um pouco de tecido molle, do diâmetro de 10 a 11 millimetros. A posição do dedo, relativamente ao pé, de certo período da moléstia em diante, acha-se alterada; o dedo está virado sobre o seu eixo um quarto de volta, de maneira que a unha em vez de olhar para cima olha para fora.

Este movimento, que só é possível depois de destruída a continuidade da primeira phalange, depende, provavelmente, da destruição do equilibrio dos músculos cujos tendões se inserem no dedo, sendo os do lado interno inutilizados primeiro do que os do lado externo.

As superfícies traumáticas das feridas que resultam da amputação, tanto a do dedo como a do pé, são, como diz o Dr. Silva Lima, sempre côncavas, (talvez por effeito da constricção elástica da pelle interessada no sulco); não se reconhece nellas vestígios de osso.

A superfície do dedo é um tanto rugosa por serem mais salientes os relevos lineares epidérmicos.

Dividindo-se um destes dedos longitudinalmente, de sorte que a secção passe pela unha, partindo o dedo em duas metades iguaes, acha-se, nos casos mais adeantados da moléstia, que a primeira phalange tem desaparecido de todo; que da segunda existem apenas vestígios, e que a ultima é aquella cujo tamanho está menos reduzido. O que resta da segunda phalange tem apenas três millímetros no maior diâmetro, sendo o comprimento da segunda phalange, em um dedo mínimo são, de mais de sete millímetros.

Reconhece-se bem a articulação entre a segunda e a ultima phalange, e as superfícies articulares oppostas estão cobertas da sua cartilagem articular; na parte posterior do resto da segunda phalange não se acha mais cartilagem. Examinados ao microscópio os diferentes tecidos que compõem o dedo, acha-se pouca alteração na epiderme; a área occupada pelo tecido adiposo subcutâneo acha-se muito augmentada em extensão á custa dos tendões, dos ossos e mais tecidos; nesta área encontram-se traços apenas de tecido connectivo (*bindegewebe*) mormente ao redor dos vasos sanguíneos.

Das duas artérias do dedo existe só a externa. A cartilagem articular da segunda e da ultima phalange está attenuada; os seus corpúsculos são mais pequenos, e em menor numero de que na cartilagem normal. Na substancia hyalina entre os corpúsculos de cartilagem estão dispersos numerosos pontos adiposos. As cavidades da substancia esponjosa dos ossos são muito maiores do que no estado normal, á custa das lamellas concêntricas ao redor dos canaes Haversianos, e acham-se cheias de glóbulos grandes de gordura amarellas; os ossos estão como carcomidos, entretanto não ha ahi carie; não se encontraram vestígios de pus. Os corpúsculos de osso são apenas perceptíveis aqui e acolá.

A moléstia parece consistir em uma atrophia, ou degeneração adiposa das partes por falta de nutrição; será essa falta de nutrição effeito da constricção a que o dedo é sujeito?"

*(Gazeta Médica da Bahia, 10 de Janeiro de 1867, Ano I, Número 13)*

## A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

Pelo Dr. J. dos Remédios Monteiro

O principal estabelecimento de caridade nesta cidade é a Santa Casa da Misericórdia, entre 1550 e 1572, pois não poudes um investigador como o Sr. António Joaquim Damazio, importante — *Tombamento dos bens immoveis da Santa Casa da Misericórdia da Bahia* — grande e precioso soccorro para este artigo.

Occupa actualmente o hospital da Caridade parte do edificio do antigo Collegio dos. Igreja, que a historia do Brazil respeita nas pessoas de Nobrega, Anchieta, António Vil immorredouros serviços prestaram em outros tempos á religião e á civilisação no Brazil.

"A Santa Casa foi duramente muito tempo e com razão o ponto para que se voltava a caridade particular".

"Os beneficios immensos que ella distribuía aos infelizes captavam-lhe muitas sympathia fervorosa de corações generosos que lhe permittiu adquirir os recursos de que ella goza, dist pôde á pobreza enferma. Mas a política entremetteu-se um pouco na parte administrativa i espirito publico aquelle vivo interesse que em outros tempos todos tomavam por este tão beneficios estabelecimentos".

Assim, mais ou menos, se enunciou um dos jornaes d'esta cidade.

Se entre nós, isto é, em todo paiz não houvesse esfriado o zelo da caridade, que antigamente caacterizava o povo brasileiro, estaríamos ainda sem as *creches* (presépios) e as escolas maternas para criancinhas pobres, e as oficinas industriaes e as colónias agrícolas para os odollescentes? Como se explica esta lenteza injustificável com que pretendemos na reforma dos institutos de beneficiencia?

Que melhoramento relevante temos nós feito, em que os nossos avós não tomassem uma nobre iniciativa? Esta Santa Casa, a Roda dos engeitados, os Recolhimentos, são obras dos antepassados.

Dizendo isto não pretendo formar libellos injuriosos contra a geração actual; consigno o que os factos attestam aos vindouros, como nos attestam a nós.

Transformado o edificio dos Jesuítas a principio em hospital militar, e mais tarde em enfermarias da Santa Casa de ricordia, não possui elle as desejáveis condições hygienicas. Sente-se um cheiro desagradável quando se entra c enfermarias, comquanto

ellas não sejam forradas, apesar do grande aceio e muito cuidado das evangélicas Irmãs da Caridade.

Ha um facultativo interno que presta os primeiros soccorros médicos na dos clínicos, e permanece no hospital durante todo o dia. A elle compete a distribuição dos enfermos pelas diversas enfermarias. Desde 1869 é medico interno o Dr. José Ignacio de Oliveira, com o ordenado de duzentos mil réis por mez. Coadjuvam-n'o dois alumnos internos.

Cada medico encarregado de enfermaria tem cincoenta mil reis de ordenado por mez. O serviço clinico deste pio elecimento é feito pêlos mais distinctos médicos desta cidade, pelo diminuto ordenado de cincoenta mil reis aes, o que muito honra a classe medica. Esta natureza de serviços nunca mereceu do governo a menor consideração, menor galardão, quando entretanto se condecora qualquer subdelegado batedor de chapa eleitoral.

Em um paiz onde a camaradagem, os compromissos políticos, as aspirações soffregas e a influencia do poder tudo *subornam*, pervertendo os costumes e preterindo todas as noções do justo e do honesto, não é de admirar que não se olhe para esses médicos, que se votam ao allivio de tão grande numero de infelizes cidadãos, que não sabem discutir política na imprensa e que apenas se limitam a pagar, sem ruido nem ostentação, o seu tributo de amor, intelligencia etraba.lho á sciencia, á pátria e á humanidade.

São médicos com exercício ou effectivos da Santa Casa de Misericórdia os doutores:

*José Francisco da Silva Lima*

*José Luiz de Almeida Couto*

*Manoel Maria Pires Caldas*

*Conselheiro A. Januário de Faria*

*Augusto Freire Maia Bittencourt*

*José Affonso de Moura*

*António Monteiro de Carvalho*

*Barão de Itapoan*

Ha uma enfermaria destinada á clinica cirúrgica e outra á clinica medica da Faculdade.

Existem sempre em tratamento mais de 200 enfermos.

Durante o anno compromissal findo em 30 de junho de 1877 o movimento foi o seguinte:— existiam 221 enfermos; emtraram durante o anno 2691; sahiram 2099; falleceram 533; ficaram existindo 280. A mortalidade neste anno foi nas enfermarias de medicina 24,15%; nas de cirurgia 8,28%; no movimento geral.

Comparado com o do anno anterior o movimento geral foi menor, porquanto entraram 2761; sahiram 2205; falleceram 7; e ficaram 221.

Durante o anno compromissal de 1878 a 1879 entraram 3246 doentes; sahiram 2648; falleceram 656; ficaram em  
nento 242.

A mortalidade na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro é menor do que na da Bahia. Faltam-me os precisos entos para a comparação.

Sei apenas que lá a mortalidade foi em 1869 de 14,88% e em 1874 de 15%..

Em Pariz a mortalidade media decenal de 1855 a 1864 foi no *Hotel-Dieu* 1 morto para 8,69.

Cumpre, entretanto, observar que a mortalidade nesse período foi maior nos hospitaes — *Pitié e Lariboisière* que cem gosar de melhores condições hygienicas.

Esta questão de mortalidade é um assumpto que importa conhecer e ser estudado.

Para explicar a grande ou maior mortalidade que se observa nesta Santa Casa, é preciso attender a uma causa extrínseca, que existe aqui em um gráo elevado, e que indubitavelmente é menos intensa na Misericórdia da Corte e, sem minima questão, na Europa. O pobre na Bahia, por um vicio de educação, por ignorância ou pela antipathia á repressão e a ordem tem, regra geral, horror ao hospital.

De outro lado a índole compassiva da população burgueza e a profusão de médicos e de estudantes de medicina que Existem na cidade, concorre poderosamente para que o pobre encontre auxilio na caridade publica e profissional.

Do concurso destas duas causas resulta que a maioria dos doentes que procuram este hospital é constituída por aquelles a quem já os facultativos alludidos teem desenganado, isto é, moribundos, ou, de outro lado, por individuos atacados de moléstias agudas, mas que se acham já adiantadas em sua marcha, pelo desacertado emprego dos tradicionaes *remédios caseiros*.

Recebendo doentes de moléstias chronicas incuráveis e de agudas já em caminho de terminação fatal, não deve causar admiração que a Misericórdia da Bahia offereça uma estatística tão desfavorável relativamente aos hospitaes de Pariz e da Corte.

E a maior seria a proporção da mortalidade a registrar-se, em compensação, em verdade que diminuta, não se recolhessem ao hospital grande numero de marinheiros de todas as nações, que com a nossa entretém trafico marítimo, e de mulheres de vida publica, estas e aquelles affectados de moléstias simplesmente veneraes ou accentuadamente syphiliticas, mas cujo curativo é, na grande maioria dos casos, realizados com proveito.

A penna mais autorisada do que a minha compete estudar esta importante questão de mortalidade, analysando todas as causas que possam concorrer para que ella seja tão avultada, se as que deixo enumeradas assaz a não explicam.

Diversas e muito importantes operações cirúrgicas teem sido praticadas nesta Santa Casa de Misericórdia, sobretudo ultimamente pêlos Drs. M. M. Pires Caldas e José Affonso de Moura, com feliz êxito. Para que se possa avaliar de que ordem j teem sido estas operações basta dizer que foram—ligaduras da carótida, subclavea, axillar, illiacas primitiva e externa, femural, cubital; desaticulações-escapulo humeral, do joelho, tibio-tarsiana; diversas ectomias; talhas; lithotricias pelas vias naturac» j e pelo perineo; kelotomias; extirpação e enucleação do olho; thoracenteses; amputações; ablação da glândula mamaria, ele.

Ha também uma enfermaria de partos a cargo do Barão de Itapoã, onde se teem praticado as operações reclamad»| nos partos difficeis.

Ha no Hospital da Misericórdia uma pequena e magnifica capella, que foi do Capitulo dos Jesuítas, ornada de pair de grande mérito artistico. Está muito bem cuidada.

Nessa capella existe uma cadeira donde o sábio padre António Vieira doutrinava.

São dependências da Misericórdia o asylo de alienados de S. João de Deus, o asylo dos expostos e o cemiterio-Campo Santo.

A receita da Santa Casa de Misericórdia para o anno administrativo de 1878 e 1879 foi orçado em 268 contos de i A despeza em 267:624\$600 rs.

O Hospital da Santa Casa estabeleceu-se onde actualmente se acha, no dia 2 de Julho de 1833.

Foram os enfermos transferidos, no meio de grande contentamento delles e do regosijo publico para esta habitaç do antigo hospital de S. Christovão; uma possilga pouco mais ou menos, que existia ao rés do chão, na face meridic e occidental da Igreja da Misericórdia, onde os desgraçados enfermos, em lugar de acharem allivio ás suas molest encontravam a aggravação ou a morte.

As Mesas transactas, reconhcendo a falsa posição em que se achava a Santa Casa, pois ella tem por favor < empréstimo o edificio em que estão as enfermarias, resolveram, em 1833 ou 1834, dar principio a um hospital no largo» Nazareth. Trabalhou-se nesse novo hospital até 1840, dispendendo-se mais de oitenta contos de réis. Não podendo» Santa Casa com o peso de tamanha obra suspendeu-a, ou para talvez melhor dizer - desamparou-a. Ultimamente! deputado Dr. Manoel Joaquim Saraiva apresentou á Assembléa Provincial um projecto de loterias de cem contos de i cada uma, para a construcção de um hospital em Nazareth. Esse projecto bem



justificado pelo intelligente deput professor substituto da Escola de Medicina, foi rejeitado ou não passou da primeira discussão.

Tratando da execução d'este novo hospital, pergunta o contador da Santa Casa da Misericórdia, Damasio (obra< pag. 53 ). — "Haverá, porém, meios pecuniários e bastantes para conduzir-se tão grandioso plano?"

A esta interrogação responde, com a certesa e a segurança adqueridas pêlos conhecimentos que tem de administ. do seguinte modo: - "Para executal-os velozmente, de certo não os ha; mas com a demora de alguns annos, cremol-seguros, uma vez que se não dê a instabilidade, a descrença e quiçá a indifferença com que, ha 50 annos, a Mesa i procedido em negocio de tanto momento. Projectando e abandonando a empreza, activando e restringindo o trah até mesmo nullifical-o, despendendo e amedrontando-se com a despesa alternativamente, sem idéa fixa, sem persever, pratica, e sem fé nos recursos da Santa Misericórdia, que, sem duvida, tem na protecção divina um thesouro inexhai eis o papel da Administração desde 1814!"

Si não se houvesse frustado a transferencia dos doentes para o vasto Convento do Carmo, em 1825, occu pêlos poucos religiosos que já nesse tempo restavam nelle, não teria feito a mudança para o Collegio dos Jesuítas, i menos salubre, menos espaçoso, menos ventilado, menos próprio em todos os sentidos.

O actual hospital quasi já não possui capacidade para os doentes que procuravam. Vão em progressivo aus os que a elle se recolhem. Com o andar dos tempos maior será infelizmente esse numero, não só pelo crescimento i da população, como também porque a miséria individual ha crescido e o paiz empobrecido.

Quantas familias outr'ora opulentas não vivem actualmente na pobreza?

Para provar a decadência do paiz, do seu commercio, da sua agricultua e industria, basta saber-se que no peric desoito mezes o thesouro nacional precisou ultimamente de cento e cincoenta mil contos para cobrir *deficits*.

Por outro lado tornam-se de dia em dia deficientes os recuros da Santa Casa de Misericórdia para o cresci encargos ordinários.

Nestas contingências só a Província poderá habilital-a a uma tal emprezas, auxiliando-a. Só assim a Santa < conseguirá edificar um hospital no Largo de Nazareth, por quanto o principio religioso de outros tempos, productora detantas *fundações religiosas e beneficentes que se observam nesta cidade tem diminuído. A vida intima e social da nossa i diverge da dos tempos passados.*

*Nos nossos dias as mulheres não regulam sua vida pêlos doces preceitos do Evangelho.*

Muitas são victimas do que se chama — moda. Algumas imaginam sustar o curso dos annos á força de ornatos e citar á força de flores uma primavera que já passou. E essa outras, raras felizmente entre nós, que trazem as faces -rvadas, as sobrancelhas e os lábios pintados, o corpo amarrotado em trages absurdos!.

Quanto aos homens vemol-os aos 60 annos com o cabello preto azevichado ou louro castanho, contrastando com wfos os outros caracteres da velhice.

O livro inimitável — de Senectute—do grande orador romano, que alguns pathologistas teem paraphraseado mais ou TKTOS engenhosamente, não passa de um livro de imaginação, sem originaes na nossa época.

^DUCO ha a esperar de uma sociedade enferma sob o ponto de vista moral, social e político; de uma sociedade :mi:;rialista, sem dedicação, sem crença, entregue aos faustos, aos prazeres e que não se occupa seriamente em saber o me e o pobre nas suas tribulações e penúria, e sobretudo - o pobre quando enfermo.

"irece que vamos voltando aos tempos da Roma pagã que teve riqueza ou meios para edificar sumptuosos theatros ; ; "os. grandes palácios e jardins, thermas e passeios públicos, mausoleos e edificios de fabulosas magnificiencias, ms -.ao teve um só hospital!...

(Gazeta Médica da Bahia, Outubro de 1879, Ano XI, Número 10)